

InovaIcict

Revista do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde | www.icict.fiocruz.br | 2014.2 

Política de acesso aberto avança

Canal da Cidadania: uma nova proposta no ar

Prefeituras, Estados e associações comunitárias se articulam para criação de canal público da TV Digital aberta voltado para a cidadania. Pág 42

Investigando a saúde

Novas metodologias de inquéritos buscam revelar a saúde no país sob o ponto de vista dos usuários. Pág 36



Repositório Institucional



www.arca.fiocruz.br

Quer conhecer os trabalhos científicos dos pesquisadores da Fiocruz? Acesse o Arca.

Sumário



Banda larga não é luxo

Pesquisas recentes mostram que o acesso à internet ainda está longe de ser universal no Brasil, apesar de ser considerado um direito básico pelas organizações civis

8



Questões de gênero e raça ganham mais espaço na agenda da Fiocruz

Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça recebe treinamento da pesquisadora Corinne Davis para iniciar estudo com grupos focais

14



Política de acesso aberto avança

Arquivamento de artigos, teses e dissertações de pesquisadores, estudantes e profissionais da Fiocruz no repositório institucional, o Arca, é requisito inicial

18



Participação Social nas defesas PPGICS

Dissertações e teses do PPGICS do ICICT/Fiocruz apontam como o envolvimento da população com os campos de pesquisa e serviços públicos pode mudar a realidade destas áreas

30



Investigando a Saúde

Novas metodologias de inquéritos buscam revelar a saúde no país sob o ponto de vista dos usuários

36



Canal da Cidadania: uma nova proposta no ar

Prefeituras, Estados e associações comunitárias se articulam para criação de canal público da TV Digital aberta voltado para a cidadania

42

Revista Inovalcict • ano V • 2014.2

Fundação Oswaldo Cruz

Presidente da Fiocruz **Paulo Ernani Gadelha Vieira** • Vice-presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência **Rodrigo Stabeli** • Vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional **Pedro Ribeiro Barbosa** • Vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação **Nisia Trindade Lima** • Vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde **Valcler Rangel Fernandes** • Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde **Jorge Bermudez** • Diretor do ICICT **Umberto Trigueiros Lima** • Vice-diretor de Pesquisa, Ensino e Desenvolvimento Tecnológico **Josué Laguardia** • Vice-diretor de Informação e Comunicação **Rodrigo Murinho** • Vice-diretora de Desenvolvimento Institucional **Adir Maria Glüsing** • Assistente de Ensino **Indira Alves França**

Expediente

Assessoria de Comunicação Social - Coordenação, revisão e edição **Cristiane d'Ávila** • Redação e reportagem **Clarisse Cavalcante, Daniela Lessa, Daniela Muzi, Graça Portela, Juliana Krapp e Keila Maia** • Multimídia - Projeto Gráfico original **Flávia de Carvalho** • Projeto Gráfico desta edição - Diagramação **Valéria de Sá** • Capa, arte dos anúncios e Tratamento das imagens **Vera Lucia Fernandes de Pinho** • Anúncio PenseSUS **Luciana Baptista** • Fotos: **Fernando Frazão, Gutemberg Brito, Graça Portela, Marcos Fernandes, Paulo Rodino, Paulo Lara, Peter Illiciev, Raul Santana, Tânia Rêgo, Thiago Facina, Vinicius Marinho, Fiocruz Multimídias, Acerp, Agência Brasil e Stock-xchng**

Umberto Trigueiros Lima, diretor do Icict

Em agosto de 2014 a Fundação Oswaldo Cruz realizou o seu VII Congresso Interno, instância prevista no seu Estatuto e que compõe a estrutura da sua governança institucional democrática e participativa, e que tem como missão definir os lineamentos estratégicos e o planejamento de médio e longo prazos da instituição.

No VII Congresso foi aprovada uma Carta Política dirigida à sociedade brasileira, na qual a Fiocruz reafirma seu compromisso com a promoção da saúde pública como direito humano inalienável; com o avanço do conhecimento científico e tecnológico a serviço da população; com a compreensão da saúde como elemento central para o desenvolvimento sustentável, para a reafirmação da soberania nacional e para o enfrentamento das desigualdades sociais e iniquidades geradas pelos determinantes econômicos, sociais e ambientais que impactam as condições de vida e cidadania no país.

No tocante à informação científica, o Congresso da Fiocruz expressou que a geração e disseminação do conhecimento, assim como a pesquisa e sua tradução em inovação para a saúde, reforçam o vínculo indissolúvel entre pesquisa e a garantia do direito à informação como pilares do desenvolvimento. Sem dúvida, a associação entre pesquisa e informação científica, em qualquer área do conhecimento representam importante componente da soberania nacional e podem trazer benefícios diretos e indiretos à saúde da população.

O VII Congresso da Fiocruz posicionou-se com relação aos campos da comunicação, informação e sobre o acesso aberto ao conhecimento científico, entendidos como direitos fundamentais da cidadania e como fatores

estruturantes para o fortalecimento do SUS e também para o seu próprio desenvolvimento institucional e para o relacionamento com a sociedade.

Neste número de INOVA, estamos tratando de alguns desses temas que foram objeto das discussões e preocupações do Congresso Interno. Entre as matérias dessa edição temos uma interessante entrevista com Ana Maranhão, uma das coordenadoras do Repositório Institucional ARCA da Fiocruz, que nos fala da experiência da implantação e desenvolvimento do Repositório e de sua visão da política de acesso aberto, vista como instrumento de justiça social, de garantia do direito à informação e plataforma de preservação dos dados da produção científica da instituição.

Além da questão do Acesso Aberto, INOVA traz reportagens sobre a universalização do direito de uso da internet em banda larga, sobre os inquéritos de saúde e a participação do Icict em investigações como a Pesquisa Nacional de Saúde, em parceria com o IBGE, e o levantamento do perfil dos usuários de crack no Brasil. Fomos ainda procurar saber como anda o processo de constituição dos canais da cidadania, canais públicos que integram o Sistema Brasileiro de Televisão Digital previstos no Decreto nº 5.820 de 2006, que criou a TV Digital no país. A revista também procura retratar, através da análise de estudos acadêmicos, como se dá a participação social e o processo de constituição de redes na área da saúde e de C&T.

A reportagem sobre o acesso à banda larga na internet traz à tona uma questão de emergente atualidade e de grande urgência do ponto de vista dos determinantes sociais definidores da inclusão, ou da exclusão de expressivas



Crédito da foto: Ascom/Icict

camadas da população em relação a direitos fundamentais que devem ser garantidos pelo Estado democrático. O direito de acesso pleno à informação e comunicação digital de bom desempenho (e isto quer dizer hoje acesso à internet de banda larga) deve ser visto hoje como um serviço essencial, da mesma forma que a telefonia, a luz, o saneamento básico (entendidos aí, água e esgotos tratados, coleta de lixo, transporte público e outros...). Pois só com a garantia desse direito serão assegurados o acesso efetivo aos serviços públicos, à educação e à saúde. E trata-se de disponibilizar a internet de banda larga superando as barreiras e disparidades absurdas entre regiões, entre cidades grandes e pequenos municípios, entre classes sociais e faixas de renda. Entendido como um serviço essencial, deve prevalecer o interesse público sobre aqueles do mercado, pois como bem diz o título da matéria: "Banda larga não é luxo".

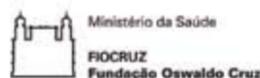
INOVA, como tem feito habitualmente, procura aqui oferecer aos seus leitores pontos de vista, dados e informações sobre esses e outros temas atuais que estimamos relevantes para os campos da C&T, informação, comunicação e saúde ■



Pense+ 
A reflexão fortalece essa conquista **SUS**

Quer conhecer melhor o Sistema Único de Saúde (SUS)?

Visite o site PenseSUS e encontre seus caminhos para refletir sobre saúde no Brasil.

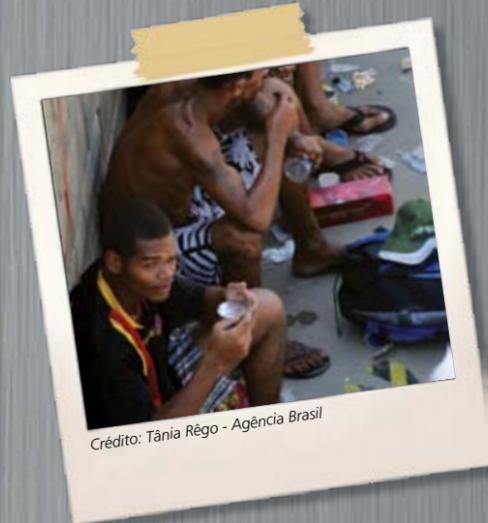


www.pensesus.fiocruz.br

PESQUISA NACIONAL SOBRE O CRACK

Foi lançado no início de setembro o livro digital “Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack”. Organizado pelos pesquisadores Francisco Inácio Bastos e Neilane Bertoni, do Laboratório de Informação em Saúde do Icict, o livro resulta da pesquisa homônima, também coordenada pelos pesquisadores do Icict. Será ainda lançado o livro impresso e também uma versão contendo os dados desagregados por estados e os dados qualitativos da pesquisa. O livro digital pode ser baixado diretamente no site do Icict (www.icict.fiocruz.br).

A Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack é o maior inquérito mundial sobre o assunto e resulta da parceria entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad/MJ) e a Fiocruz. Foi realizada em todo o país com 32.359 pessoas (24.977 no inquérito domiciliar e 7.381 usuários nas cenas de uso da droga) e constituiu uma ampla investigação sobre o perfil dos usuários de crack, além de estimar a proporção e a distribuição geográfica dessa população nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal.



Crédito: Tânia Régio - Agência Brasil

1º PRÊMIO JOVEM PESQUISADOR DA REDE DE BANCOS DE LEITE HUMANO



O leite humano, por suas inúmeras características e potencialidades biológicas, é considerado o melhor e mais rico alimento que um bebê pode receber, de modo exclusivo, do nascimento aos seis primeiros meses de vida. Pensando nisso, a Rede de Bancos de Leite Humano, coordenada pela Fiocruz, decidiu descobrir jovens talentos que fazem do leite humano e da amamentação objetos de suas pesquisas acadêmicas. Daí surgiu o 1º Prêmio Jovem Pesquisador da Rede de Bancos de Leite Humano (rBLH), lançado em 1º de novembro e com inscrições abertas até 31 de janeiro de 2015.

O Prêmio Jovem Pesquisador da rBLH tem como objetivo incentivar estudantes universitários, ou graduados com até 10 anos de formação em qualquer área, a apresentar trabalhos que poderão contribuir, com excelência, para o fortalecimento das ações desenvolvidas em países da América Latina, Caribe, Península Ibérica e África, onde há centenas de bancos de leite humano em atuação. A premiação será realizada durante o VI Congresso da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano e o II Congresso Ibero-americano de Bancos de Leite Humano, que vão acontecer de 24 a 27 de junho de 2015, em Brasília.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

De 10 a 12 de março de 2015 o Icict realiza sua Oficina de Planejamento Estratégico 2014-2017. A oficina definirá os rumos do Instituto para os próximos anos, em alinhamento com as deliberações do VII Congresso Interno da Fiocruz, cuja plenária para aprovação do Documento de Referência acontece em dezembro. A Oficina de Planejamento Estratégico do Icict foi precedida de análises SWOT em todas as áreas do instituto, seminários preparatórios e reuniões com as câmaras técnicas para redação da visão por eixos temáticos e discussão inicial dos objetivos do Documento de Referência da oficina.

ANÁLISE DE AMBIENTE

Estratégia de planejamento, a Análise SWOT ou, em português, Análise FOFA ou FFOA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico. Consiste em recolher dados importantes que caracterizam o ambiente interno (pontos fortes e fracos) e externo (oportunidades e ameaças) da empresa ou instituição. É a primeira vez que está sendo adaptada à gestão do Icict pelo Setor de Planejamento do instituto. As análises reúnem profissionais das seguintes áreas do Icict: CTIC (Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação em Saúde) Informação (CTIC Seção Informação, Rede de Bibliotecas, Bibliotecas); Comunicação (CTIC Seção Comunicação, Ascom, Múltímeios, VideoSaúde – Distribuidora da Fiocruz); Múltímeios; Laboratórios de Pesquisa e Assessoria de Pesquisa; Comissão de Ensino; VideoSaúde – Distribuidora da Fiocruz e Gestão.

CENTRO DE ESTUDOS DO ICICT

Com novo formato e sob nova coordenação, o Centro de Estudos do Icict realizou três seminários avançados no final de setembro, como preparação para a Oficina de Planejamento Estratégico do Instituto. Além de seminários sobre temas de interesse do Icict, o centro de estudos prevê a realização anual de um Hackathon, maratona para o desenvolvimento de aplicativos tecnológicos para o SUS, e de um TEDxIcict, evento anual com palestras motivacionais.



Crédito: Peter Iliev - CCS/Fiocruz

Pesquisas recentes mostram que o acesso à internet ainda está longe de ser universal no Brasil, apesar de ser considerado um direito básico pelas organizações civis

Banda Larga não é luxo

Juliana Krapp
Comunicação CTIC

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é conhecido por sua atuação em prol de moradia digna para todos. Mas, em julho passado, promoveu uma série de manifestações que apresentava um novo tópico na pauta de lutas: o acesso à telefonia e à internet móvel. Na ocasião, milhares de manifestantes se mobilizaram, em São Paulo, para cobrar melhorias nos serviços e a ampliação dos investimentos.



Crédito da foto: Fernando Frazão - Agência

O que o MTST mostrou vai ao encontro daquilo que outras organizações da sociedade civil têm tentado deixar claro: que o acesso à internet de qualidade não é tão só um bem de consumo. Em vez disso, deveria ser tratado como um direito fundamental. É assim, aliás, que está descrito no recém-aprovado Marco Civil da Internet. No artigo 7º, a nova lei indica: “o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania”.

Apesar disso, menos da metade dos lares brasileiros estão conectados à internet. É o que aponta a edição mais recente da pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo Cetic, o centro de estudos do Comitê Gestor da Internet no Brasil. O levantamento, feito entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014, mostra que a proporção total de domicílios com acesso à internet é de apenas 43%. E as desigualdades por classe social e área são grandes: enquanto, na classe A, 98% dos lares têm acesso à rede, esse percentual cai para 8% nas classes D e E. Nas áreas urbanas, a proporção de casas conectadas é de 48%, enquanto nas áreas rurais é de apenas 15%.

“Isso é muito pouco. O Brasil é, hoje, a sétima maior economia do mundo. Ter menos da metade de seus domicílios conectados é um sintoma grave de como o acesso à internet ainda não é visto como um serviço fundamental e um direito de todos”, define Pedro Ekman, um dos coordenadores do coletivo Intervezes.

Regime privado como barreira à expansão

Ekman é uma das pessoas à frente da campanha “Banda Larga é um direito seu!”, que reúne dezenas de instituições desde 2011, para exigir que o Estado garanta que “todas as pessoas, independentemente da condição socioeconômica ou da localidade, tenham acesso a um serviço de banda

larga de qualidade, barato e rápido”. Para isso, a campanha sugere uma série de princípios que deveriam balizar as ações do Executivo e do Legislativo na criação de políticas públicas proativas para o setor. São ideias sobre subsídios, regulamentação e regulação, que convergem para uma proposta central: a implantação de regime público – ou ao menos misto, uma vez que prevê o regime privado em algumas exceções – para a oferta de banda larga.

Hoje, o acesso à internet no país se dá, basicamente, a partir de planos oferecidos pelas empresas de telecomunicações. Ou seja, em regime privado. E essa é a principal crítica de estudiosos do tema sobre o modelo praticado no Brasil. “Apesar de se tratar de serviço de interesse coletivo e essencial, seus prestadores não estão sujeitos a obrigações de universalização, continuidade e modicidade tarifária (...), em razão do que os investimentos em infraestrutura e preços são definidos principalmente pelo interesse do mercado”, descreve carta aberta que a campanha divulgou em agosto, dirigida aos candidatos às eleições 2014.

Fazer a expansão da banda larga significa substituir a antiga infraestrutura de telefonia por uma nova infraestrutura de comunicações fixas e móveis: cabos óticos, ERBs (estações rádio base, que agrupam antenas de transmissão e recepção) e satélites. Isso representa, claro, um investimento muito elevado. “Como não existe uma política pública definindo esse investimento, o interesse privado orienta-o conforme a lucratividade”, explica Marcos Dantas, professor de Comunicação da UFRJ. “Assim, a disponibilidade de banda pode ser considerada bem distribuída nas cidades ou bairros onde exista mercado, isto é, aglomerados empresariais ou famílias de renda elevada, e tende à escassez nas cidades ou bairros onde a atividade econômica não é muito dinâmica e a renda média das famílias também é baixa.”

Disparidade entre regiões e cidades

Em 2010, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com a meta de fazer com que o Brasil atingisse 40 milhões de domicílios conectados à rede mundial de computadores em 2014. De acordo com a TIC Domicílios, na virada de 2013 para 2014 tínhamos 27,2 milhões – e este número abrange todas as modalidades de acesso, não apenas a banda larga.

Mesmo que o PNBL ainda consiga atingir a meta até o fim de 2014, não terá conseguido eliminar aquela que é talvez a característica mais perversa da banda larga no Brasil: a desigualdade que ainda rege o acesso. A TIC Domicílios também registrou, por exemplo, que 24,2 milhões de domicílios com renda familiar de até dois salários mínimos estão desprovidos de acesso.



Ter menos da metade de seus domicílios conectados é um sintoma grave de como o acesso à internet ainda não é visto como um serviço fundamental e um direito de todos

Pedro Ekman, do coletivo Intervezes



Crédito da foto: Fotomontagem de Vera Lucia F. de Pinho, sobre fotos de Tânia Rêgo -Agência Brasil e Stock-xchg

Outro levantamento recente, o Sistema de Indicadores de Percepção Social, do Ipea, observou “forte disparidade regional na utilização dos serviços [de internet], principalmente quando se compara Sudeste e Sul com Norte e Nordeste”. E aponta que a internet está em segundo lugar no ranking de serviços mais mal avaliados dentre os de telecomunicações: só perde para a telefonia móvel.

Um estudo, também do Ipea, revela de forma ainda mais contundente como o acesso à internet ilustra a desigualdade no país. **Análise dos determinantes da demanda por conexões de banda larga fixa no Brasil**, de João Maria de Oliveira e Calebe de Oliveira Figueiredo, observou a densidade de acessos à internet – usando o número de acessos por cada 100 habitantes -, de 2010 a 2012. Revela, com isso, um quadro de enorme disparidade. De um lado, estão estados como Amapá e Maranhão, com baixíssima densidade: 1,58 e 1,87, respectivamente. De outro, estão São Paulo e Rio de Janeiro, com 18 e 13,57.

A pesquisa aponta que os menores municípios têm as mais baixas densidades de acesso. Aqueles com mais de

500 mil habitantes possuem seis vezes mais acessos do que os que possuem até 20 mil habitantes. Disparidades que ficam ainda mais acentuadas se vistas sob o prisma da comparação entre regiões. “Grandes municípios no Sudeste têm densidade de acesso três vezes maior que seus similares no Nordeste, e quatro vezes maior em relação aos do Norte. O desnível regional é maior nas faixas compreendidas entre 20 mil e 100 mil habitantes. Nestas faixas de município, a densidade nas regiões Sul e Sudeste é seis vezes maior que nos mesmos municípios das regiões Nordeste e Norte”, descreve artigo publicado no número 30 da revista *Radar*, de dezembro de 2013.

A TIC Domicílios também traz dados importantes sobre a desigualdade no acesso. “Diferentemente do que muitas pessoas supõem, as disparidades não estão relacionadas apenas às questões socioeconômicas. São, sobretudo, uma questão geográfica”, destaca Winston Oyadomari, coordenador da pesquisa. “Os dois motivos mais citados para a falta de acesso são o preço alto do serviço e a sua indisponibilidade. Isso fica muito marcante em áreas rurais e na região Norte, por exemplo, que é grande e dispersa.”



Marcos Dantas, professor de Comunicação da UFRJ

Crédito da foto: Marco Fernandes - Coord COM/UFRJ

“A disponibilidade de banda pode ser considerada bem distribuída nas cidades ou bairros onde exista mercado, isto é, aglomerados empresariais ou famílias de renda elevada, e tende à escassez nas cidades ou bairros onde a atividade econômica não é muito dinâmica

Marcos Dantas

Marco regulatório envelhecido

Assim como a telefonia e a transmissão de imagens, a banda larga no Brasil é regida pela Lei Geral das Telecomunicações, de 1997. Ou seja: um conjunto de determinações pensado antes do **boom** digital, e que por isso priorizava, ainda, a telefonia fixa. “O arcabouço legal brasileiro foi feito no limiar da revolução propiciada pela convergência tecnológica. Nosso marco regulatório está anacrônico”, explica João Maria de Oliveira, técnico do Ipea. E esse é um dos fatores principais que amparam o grande obstáculo, hoje, para a massificação do acesso: a concentração mercadológica.

Em seu estudo, João Maria usou o chamado Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI) para concluir: a concentração mercadológica – ou seja, o fato de as empresas atuarem basicamente nas mesmas áreas - interfere mais do que a renda para a baixa densidade do acesso.

A regulação brasileira, amparada numa lei criada antes da explosão da internet, não estimula a concorrência entre as empresas, de modo que a expansão da infraestrutura de banda larga não lhes parece lucrativa, descreve o especialista. “A Lei Geral das Telecomunicações está baseada no paradigma da comunicação via voz, que usa como parâmetros de cobrança a distância e o tempo de utilização. Na banda larga, os parâmetros são outros: velocidade e disponibilidade. Assim a comunicação via voz é mais cara para o consumidor e mais interessante para as empresas ofertantes dos serviços, que perdem com o aumento da banda larga.”



Winston Oyadomari, coordenador da TIC Domicílios 2013

Crédito da foto: Divulgação - CGI.br

“Os dois motivos mais citados para a falta de acesso são o preço alto do serviço e a sua indisponibilidade. Isso fica muito marcante em áreas rurais e na região Norte, por exemplo, que é grande e dispersa

Winston Oyadomari

Apesar de os debates nas organizações civis defenderem o regime público para a internet, o governo federal destaca que a mudança envolveria obstáculos complexos. É o que explica Artur Coimbra, diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações: “Hoje, existem cerca de 3 mil empresas que prestam serviços de banda larga no Brasil. No regime público, faríamos uma licitação que as substituiria por uma única concessionária, e esta teria a tarefa de fazer a universalização do acesso. Ou seja, é algo muito difícil de ser viabilizado.”

Coimbra argumenta que há, porém, instrumentos que permitem, no modelo atual, expandir e baratear a banda larga. E cita números da própria TIC Domicílios para ilustrar avanços. “O crescimento da banda larga, desde o começo do PNBL, tem aumentado mais no Norte e no Nordeste do que nas outras regiões. Isso significa que a desigualdade não aumentou, está diminuindo.” Por isso, completa: “O regime público pode ser inviável e desnecessário. Mas estamos abertos à discussão [com as instituições da sociedade civil que defendem o contrário]”. Ao mesmo tempo, admite que ainda não há nada definido para a próxima etapa do PNBL, cujo escopo previsto originalmente vai apenas até 2014.

Winston, coordenador da TIC Domicílios 2013, também enumera melhorias: “Desde 2008, o Brasil vem registrando um crescimento muito importante, em especial na área rural [que passou de 4% de domicílios conectados, em 2008, para 15%, em 2013] e nas classes B e C [que pularam de 58% para 80% e de 16% para 39%, respectivamente]”. Mas acrescenta: “Ainda assim, estamos num patamar muito abaixo dos países desenvolvidos e, mesmo na América Latina, estamos atrás de Uruguai, Argentina e Chile.”

Acesso móvel: alternativa ou paliativo?

Coimbra chama atenção para o aumento no uso de celulares para o acesso à internet. Este, aliás, é o índice que tem sido usado como carro-chefe na divulgação da TIC Domicílios. De acordo com a pesquisa, 31% dos brasileiros com 10 anos ou mais acessaram a rede pelo telefone móvel. Esse percentual mais que dobrou nos últimos dois anos. Em 2011 era de 15% dos usuários e em 2012, 20%.

“Ainda não temos nenhuma pesquisa que mostre de forma clara como os *smartphones* estão sendo usados para o acesso à internet nos domicílios”, lamenta o representante do Ministério das Comunicações, para quem o acesso móvel à internet pode ser uma alternativa eficaz. “Naturalmente, a compra do aparelho é uma barreira para famílias de baixa renda. Porém, elas têm mais facilidade em comprar esse tipo de equipamento do que pagar serviços muito caros [o acesso à banda larga fixa]. Na compra do telefone, que muitas vezes tem o valor semelhante ao de um computador, as famílias assumem o pagamento num período definido, e não precisam se comprometer com um serviço de valor alto, que terão de pagar todos os meses.”

A ideia de que a explosão recente no uso de *smartphones* pode representar a universalização do acesso à internet é, porém, muito controversa. Os especialistas citam barreiras como o preço dos aparelhos e o próprio investimento que ainda deve ser feito para ampliar as redes móveis.

“Existe de fato a expectativa de que o celular poderia ser um atalho para o acesso domiciliar. No entanto, o que a TIC Domicílios mostra é que as variáveis que definem o acesso móvel são as mesmas para

a internet fixa: faixa etária e classe socioeconômica. Ou seja, o acesso via celular está mais atrelado aos usuários mais jovens e de classes socioeconômicas mais altas”, define Winston.

Acesso para reverter a desigualdade

O que permanece como consenso é a importância de se incorporar o acesso à internet como uma premissa para o desenvolvimento do país e para a conquista da cidadania. “Em muito pouco tempo, a internet vai ser o próprio meio de comunicação, e não apenas um dentre outros. Todos os outros meios vão passar por essa plataforma. Quem não tiver acesso a ela, estará excluído dos processos de comunicação, e incapaz de ter acesso a uma série de direitos básicos, como a emissão de uma nota fiscal ou o agendamento de uma consulta médica. Por isso o acesso à internet tem de ser um direito fundamental, e não apenas um bem de consumo, um acessório”, destaca Ekman.

João Maria, do Ipea, chama atenção para um aspecto que não pode passar despercebido: o acesso à internet não significa apenas um objetivo a ser conquistado, mas também é, ele próprio, um instrumento essencial para o combate às iniquidades. “É comum a ideia de que são as desigualdades arraigadas no país que impedem a massificação da internet. Mas o que precisa ficar claro é que a internet é uma ferramenta poderosa para combater essa desigualdade histórica. Onde há internet de qualidade é possível que as pessoas reivindiquem seus direitos e é possível que as empresas se instalem, que se amplie o desenvolvimento econômico. A massificação tecnológica é, ela própria, uma política pública de combate à desigualdade” ■



Crédito da foto: de acervo pessoal

João Maria de Oliveira, técnico do Ipea



O que precisa ficar claro é que a internet é uma ferramenta poderosa para combater essa desigualdade histórica. Onde há internet de qualidade é possível que as pessoas reivindiquem seus direitos e é possível que as empresas se instalem

João Maria de Oliveira



Laboratório de Digitalização de Obras Raras

O Laboratório de Digitalização de Obras Raras surge para implementar o conceito de preservação e acesso ao valioso acervo de publicações existentes na Seção de Obras Raras da Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fundação Oswaldo Cruz.

Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça recebe treinamento da pesquisadora Corinne Davis para iniciar estudo com grupos focais

Questões de gênero e raça ganham mais espaço na agenda da Fiocruz

Graça Portela
Ascom

O Comitê Nacional Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz, em oficina realizada no dia 22/07, no Ictict, com pesquisadoras do grupo, deu início ao trabalho que fará em todas as unidades da Fundação para dar mais visibilidade às mulheres da instituição. O trabalho integra a pesquisa “Mulheres fazendo ciência – resgastes de memórias do trabalho”, cujo resultados deverão estar disponíveis no segundo semestre de 2015.

“A proposta é organizar grupos focais para debater quem são as mulheres memoráveis em atuação, ou aposentadas”, explica a coordenadora do Comitê, Elizabeth Fleury, da Fiocruz Minas. A oficina sobre a organização dos grupos focais foi ministrada pela pesquisadora americana Corinne Davis, especialista no assunto, que atua na área de Sociologia, é docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integra a American Society of Criminology (ASC)/USA. Segundo Corinne, a metodologia é uma das mais adequadas para lidar com questões sensíveis, como a discriminação ou a desigualdade, por exemplo, “porque dá voz às pessoas, permite que contem a sua experiência, valorizando justamente aquelas que muitas vezes não são ouvidas”, explica.

E esse é o objetivo do grupo liderado por Elizabeth Fleury: “Queremos captar reminiscências da memória e conversas em que as mulheres indicam outras, para que essas também possam ser entrevistadas pelas pesquisadoras”, afirma. O estudo resgatará, na linha da pró-equidade de gênero, a história de cada mulher considerada notável nas unidades, independentemente da área de atuação.

A vinda da pesquisadora Corinne Davis trouxe um avanço para a proposta dessa pesquisa a ser desenvolvida pelo Comitê, conforme afirma Elizabeth Fleury: “Ela nos deu textos de referência aos quais não teríamos acesso aqui no Brasil e nos ofereceu toda uma linha de pensamento metodológico no qual poderá se assentar esta proposta de pesquisa”, explica. A coordenadora ressalta: “essa pesquisa não é para o nosso deleite acadêmico, é uma pesquisa-ação, aplicada a situações específicas”.



Queremos debater quem são as mulheres memoráveis de cada unidade

Elizabeth Fleury, coordenadora do Comitê Nacional Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz

A força do contingente feminino

Na Fiocruz, a força feminina pode ser constatada a partir dos números de junho/2014, fornecidos pela Diretoria de Recursos Humanos (Direh). A Fundação conta com 12.327 funcionários, desses 51,6% (6.359) são mulheres. Em relação aos terceirizados – 7.232 no total, 3.452 são mulheres. No Ictict, por exemplo, dos 314 trabalhadores da unidade, entre servidores, estagiários e colaboradores (bolsistas e terceirizados), 180 são mulheres.

O que só reforça a importância do trabalho a ser realizado. Para a planejadora Ingrid Jann, representante do Ictict no Comitê, “quando a Fiocruz assume um programa como este, a instituição dá um importante passo reconhecendo que ainda nos dias atuais existem desigualdades e, mais do que isso, neste reconhecimento estimula reflexões, debates e ações que visem a amenizar essas desigualdades”.

Em março de 2014, para comemorar o Mês da Mulher, o Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça organizou o seminário “Mulheres fazendo Ciência”, que apresentou pesquisas e estatísticas desenvolvidas também

pela Fiocruz para e sobre as questões relativas à mulher, como saúde, trabalho, violência, entre outras.

Em seus cinco anos de existência, o Comitê Pró-Equidade, ligado à Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional e uma esfera de assessoramento da Presidência da Fiocruz, estabeleceu várias frentes de atuação, como o mapeamento de dados dos componentes da força de trabalho da Fiocruz, e a validação da cartilha sobre assédio moral criada pela Direh, que está em fase final de ajustes e será distribuída para todas as unidades da Fiocruz no país.

Sobre a cartilha, Elizabeth Fleury afirma que traz conceitos sobre o que é assédio no trabalho, tanto o moral quanto o sexual, procura mostrar como os trabalhadores podem identificar essas situações e a quem devem recorrer.

Questões de raça na pauta

Outra frente importante que está sendo desenvolvida são as oficinas sobre Políticas de Igualdade Racial. As duas últimas (2013 e 2014) tiveram a orientação do professor Edson Cardoso, assessor especial da ministra da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros.

O tema, que pode parecer espinhoso para alguns, ganha cada vez mais espaço nas atividades do Comitê, e a socióloga Elizabeth Fleury vê, de forma positiva, esse crescimento: "Assessoramos a Fiocruz a pensar que tipo de política interna ela pode exercer, buscando dar visibilidade às questões raciais e às pessoas autodeclaradas negras. Poderemos fornecer à Presidência mais dados com os quais analisar, ou sobre como aqui em nossa instituição se manifesta o racismo nas relações de trabalho", afirma.

A coordenadora explica que está sendo criado um grupo para discutir esse assunto. "Já comuniquei à Presidência da Fiocruz que estamos come-

çando essa movimentação, que gerará um potencial de discussão e reflexão entre todos os servidores, estudantes, trabalhadores da Fundação", revela.

A ideia do Comitê Pró-Equidade é fazer com que a instituição pense em "políticas para melhor inclusão ou melhores oportunidades para as pessoas autodeclaradas negras", enfatiza Fleury.

Dicionário Feminino da Infância

Em 2010, organizado pelo Comitê Pró-Equidade, a Fiocruz realizou em Minas o I Fórum "Mulheres em situação de violência, um tema de saúde pública", do qual participaram especialistas, gestores de políticas públicas e autoridades, profissionais das equipes que atendem às mulheres na ponta dos serviços de saúde e interessados sobre o tema. "Daí nasceu o Dicionário Feminino da Infância, que contou com muitos colaboradores de diversas partes do país", explica a socióloga Elizabeth Fleury, autora do projeto e uma das organizadoras da obra de referência, ao lado da pesquisadora Stela Meneguel, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O Dicionário tem verbetes mais longos, em forma de pequenos artigos. "O propósito é científico, mas também pedagógico", relata Elizabeth. "Procuramos fazer uma obra que abordasse várias situações e esferas de conhecimento, em um campo de análise macro", explica a organizadora da obra.

Ainda sem data prevista para o lançamento (a Editora Fiocruz informa que sai no segundo semestre de 2014), já há grupos interessados no Dicionário. A pesquisadora revela que serão feitos seminários pedagógicos com pesquisadores locais em cinco capitais brasileiras que reúnem o maior número de colaboradores, como em Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Porto Alegre (RS) e Salvador (BA) – já há convites para que a experiência seja repetida em Recife (PE) e São Paulo (SP).

O trabalho é longo e árduo, mas as integrantes do Comitê não se intimidam. "Não há fórmula mágica para correção das desigualdades existentes, assim espero que estas sejam cada vez mais explicitadas e que, dos debates gerados, muitas ações possam ser efetivamente implementadas", conclui Ingrid Jann ■

PARA SABER MAIS:

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/pr%C3%B3-equidade>

Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM)
<http://www.spm.gov.br/>

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR)
<http://www.seppir.gov.br/>

UN System Observances for International Women's Day 2014
<http://www.un.org/womenwatch/feature/iwd/index.html>

International Women's Day 2014 - "Equality for women is progress for all"
<http://www.unwomen.org/en/news/in-focus/international-womens-day>

Documentário Dicionário Feminino da Infância
<https://www.youtube.com/watch?v=w6oHj2REFs>

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
<http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>



Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas

Tem como principal atribuição coordenar a coleta, compilação, análise e divulgação dos casos de intoxicação e envenenamento notificados no país pelos Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATs). Para entrar em contato com o CIAT mais próximo de sua região utilize

Disque Intoxicação: 0800 722 6001

Para acessar os dados do SINITOX visite a página no endereço

www.fiocruz.br/sinitox_novo



Arquivamento de artigos, teses e dissertações de pesquisadores, estudantes e profissionais da Fiocruz no repositório institucional, o Arca, é requisito inicial

Política de acesso aberto avança

Daniela Lessa
Comunicação CTIC

A convicção de que informação é um bem público e um determinante social da saúde é o que norteia a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, lançada em março de 2014. Seu objetivo é garantir à sociedade acesso gratuito, público e aberto à produção intelectual da Fundação, em consonância com o movimento internacional em favor da democratização do conhecimento por meio da disponibilização de produtos acadêmicos e científicos em formatos digitais.

Fotomontagem de Vera Lucia F. de Pinho, sobre fotos de Paulo Godino



Crédito da foto: Acervo VPEIC / Fiocruz



A perspectiva é ampliar o arquivamento no Arca para outros formatos de conteúdo, embora não necessariamente em caráter mandatório, como é o caso dos artigos, teses e dissertações

Paula Xavier, da coordenação de Comunicação e Informação da VPEIC

A política foi formulada a partir de um grupo de trabalho constituído no âmbito da Câmara Técnica de Informação e Comunicação, com apreciação de várias instâncias coletivas e deliberada no Conselho Consultivo da Fiocruz em um processo coordenado por uma parceria entre a Vice-presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC) e o Ictict. Inicialmente, ela exige o arquivamento de artigos, teses e dissertações de pesquisadores, estudantes e profissionais da Fiocruz no seu repositório institucional, o Arca, e a expectativa de futuro é de que avance e abarque outros produtos intelectuais, tais como vídeos, recursos educacionais, dados brutos de pesquisa, etc.

Paula Xavier, da Coordenação de Comunicação e Informação da VPEIC, informa, inclusive, que a ampliação da iniciativa já será objeto das próximas reuniões do comitê de regulação criado para monitorar a política de acesso aberto. “A perspectiva é ampliar o arquivamento no Arca para outros formatos de conteúdo, embora não necessariamente em caráter mandatório, como é o caso dos artigos, teses e dissertações”, antecipa.

Entre as ações planejadas para fomentar o desenvolvimento da política, está o treinamento dos membros dos Núcleos de Acesso Aberto ao Conhecimento (Naacs) das unidades para que tenham domínio da metodologia

e tecnologias utilizadas no processo de arquivamento dos documentos. Outra ação prevista é a assinatura institucional de revistas de acesso aberto para apoiar os pesquisadores, uma vez que algumas das que adotam essa política cobram taxa de publicação dos autores. Paula explica: “Com a assinatura institucional, a Fiocruz é que arcaria com esses custos”. Ela acrescenta que a análise das publicações a serem assinadas será mais uma tarefa do comitê de regulação nas próximas reuniões.

Mais uma ação importante no bojo das atividades de estímulo ao acesso aberto na Fiocruz é a adequação de uma série de documentos institucionais, especialmente editais, à nova condição. “É preciso incluir, nesses editais, cláusulas que informem os pesquisadores ingressantes na Fiocruz ou os que estejam almejando novos projetos de pesquisa sobre o fato de a instituição apoiar a iniciativa mundial do acesso aberto, o que implica na submissão dos trabalhos às condições dessa política”, informa Paula.

Ela acrescenta, ainda, que a instituição também precisa estudar diretrizes para a disponibilização de dados que os pesquisadores utilizaram em suas pesquisas, uma vez que a transparência sobre essas informações representa uma grande contribuição para a realização de outros estudos a partir dos mesmos dados.

Contexto articulado

A vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação, Nísia Trindade Lima, comenta o interesse do desenvolvimento da Política de Acesso Aberto para além da Fiocruz e informa que a instituição tem se mobilizado em nível parlamentar nesse sentido. A análise da gestora, entretanto, é de que a evolução de uma política nacional de acesso aberto requer articulação com entidades políticas, acadêmicas, de fomento e da sociedade em geral.

Nesse processo, já houve aproximação da Fiocruz com o senador Rodrigo Rollemberg, autor do projeto de lei de acesso aberto à produção de universidades públicas (PLS 387/2011), com o Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) do Ministério da Saúde, além de contatos com as agências de fomento CNPq, Capes e Faperj, entre outros parlamentares, pesquisadores e defensores do acesso aberto.

Internamente o movimento também envolveu articulações entre unidades e instâncias da Fiocruz. “Todo o processo foi considerado muito positivo e acreditamos que ele possa servir como referência metodológica para análise e aprovação de outros projetos e políticas da Fundação”, comenta Nísia. Ela conta que por ser uma atividade de vários atores, o processo de elaboração da política também mobilizou as câmaras técnicas de Pesquisa, de Infor-

mação e Comunicação e de Ensino, além de ter sido objeto de uma consulta pública para toda a comunidade Fiocruz. “A Recis [Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde] publicou um artigo*, que está em acesso aberto, contando todo esse processo”, acrescenta.

Nísia lembra que antes da aprovação da política de acesso aberto pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz, ocorreram importantes iniciativas de acesso aberto na Fundação, tais como a participação no Portal Scielo Periódicos, a criação do Repositório Institucional Arca, em 2011, pelo Ict, e a aprovação da política de acesso aberto, em 2012, pela Ensp. Ela valoriza tanto as propostas precursoras quanto o processo de convergência alcançado a partir da operacionalização das atividades. “As iniciativas das unidades são fundamentais e, por isso mesmo devem inspirar um movimento de ampliação e integração. É preciso integrá-las e fortalecê-las para que se desenvolvam em um leito comum em benefício do conjunto da instituição”, pondera.

Em concordância com Hooman Momen, editor do boletim da Organização Mundial e Saúde (OMS) e defensor do acesso aberto, Nísia analisa a importância dos repositórios para reforçar a imagem da instituição e chancelar sua produção acadêmica. “A internet tem milhares de trabalhos ditos acadêmicos e é difícil identificar o que é de qualidade ou não; já quando a pessoa encontra um artigo no repositório da Fiocruz, sabe que ali tem uma informação chancelada pela instituição”. Além disso, completa: “os repositórios são instrumentos de preservação da memória institucional, de gestão do conhecimento e fortalecem outras iniciativas, a exemplo do

*Artigo na Recis: Política de Acesso Aberto ao conhecimento: análise da experiência da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz – Link: <http://www.recis.ict.fiocruz.br/index.php/recis/article/view/944>



Nísia Trindade, vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação da VPEIC

Crédito da foto: Peter Ilceiev - CC0/Fiocruz



Todo o processo foi considerado muito positivo e acreditamos que ele possa servir como referência metodológica para análise e aprovação de outros projetos e políticas da Fundação

Nísia Trindade

projeto coordenado pela VPEIC e a Vice-presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência (VPPLR) de criação do Observatório de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Fiocruz”.

Ciência aberta

Ana Maranhão, uma das coordenadoras do Arca, corrobora a visão de Nísia sobre o papel dos repositórios como instrumentos de preservação da memória institucional. Em defesa do acesso aberto, ela acrescenta: “o acesso aberto é tudo para a ciência. Os resultados de uma pesquisa, quando conhecidos por outros cientistas, podem gerar muito mais conhecimento em benefício das pessoas; e na saúde isso é ainda mais importante porque trabalha-se com a vida humana”.

O acesso aberto contribui, assim, para o desenvolvimento da ciência e, além disso, para uma melhor distribuição do conhecimento em nível global. É que, com a disponibilização na internet, os grandes centros acadêmicos

tomam conhecimento de descobertas e novas teorias e mesmo as regiões mais remotas do mundo podem encontrar informações de que precisam. Em alguns casos, isso pode salvar vidas e melhorar as condições de saúde de uma coletividade.

Viviane Veiga, também coordenadora do Arca, é outra profissional a defender o depósito dos dados utilizados nas pesquisas no repositório institucional para reaproveitamento dos mesmos em outros trabalhos intelectuais. Ela acrescenta, entretanto, que é necessária uma curadoria visando sua disponibilização. “Os dados precisam ser avaliados quanto à possibilidade de serem fornecidos ou não e, quando podem estar em acesso aberto, devem ser tratados para que sejam compreensíveis”, informa. Entre os dados que não podem ser apresentados publicamente, estão aqueles que permitiriam a identificação das pessoas que participaram da pesquisa; entre os que precisam de tratamento para facilitar a compreensão, estão, por exemplo, siglas e gráficos.

Outros casos que exigem análises específicas antes da publicação são pesquisas cujo produto resultante tem potencial de patenteabilidade, que contenham segredo industrial e artigos em negociação para publicação ou já publicados em periódicos científicos que exijam exclusividade. Em ambos os casos, a solução é a aplicação da regra de embargo ao acesso. “Isso significa que o trabalho é depositado no repositório, mas o conteúdo não pode ser lido pelos internautas durante o período definido pelo embargo”, explica Viviane. Ela comenta, entretanto, que o depósito continua a ser importante porque dá a dimensão do que a instituição produz e contribui para a gestão da informação e para sua memória intelectual.

Segundo Viviane, a curadoria e a análise dos textos para inclusão no repositório institucional com acesso aberto ou com embargo serão feitos pelos Naacs de cada unidade. Os autores de artigos, por sua vez, podem consultar as políticas dos periódicos em que pretendem publicar seus trabalhos por meio de duas bases de dados: a Sherpa Romeo (internacional) <<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=pt&fIDnum=&mode=simple>> e a Diadorim (brasileira) – <<http://diadorim.ibict.br/>>. Nas duas, basta escrever o título da publicação no campo indicado e verificar se há exigência de exclusividade e quais as condições de embargo. Ana Maranhão ressalta, entretanto, que o embargo deve obedecer critérios específicos pois a política é mandatória e a tendência é de disponibilização das informações.



Viviane Veiga e Ana Maranhão, coordenadoras do repositório institucional da Fiocruz, o Arca.

Crédito da foto: Vinícius Marinho - Multimídia/Fiocruz



O acesso aberto é tudo para a ciência. Os resultados de uma pesquisa, quando conhecidos por outros cientistas, podem gerar muito mais conhecimento em benefício das pessoas; e na saúde isso é ainda mais importante porque trabalha-se com a vida humana

Ana Maranhão

Códigos e políticas

Os códigos utilizados para definir os tipos de políticas de acesso dos periódicos científicos são:

Verde - política permite o arquivamento das versões preprint e postprint (antes e depois da revisão de editores) ou a versão PDF do editor em repositórios institucionais

Azul - indica que a política do periódico permite o arquivamento da versão postprint ou da versão PDF do editor no repositório

Amarelo - informa que a política da revista ou jornal restringe o arquivamento em repositórios institucionais à versão preprint

Branco - informa que o periódico não permite o armazenamento de nenhuma versão dos artigos em repositórios institucionais

Afirmação do direito à informação

A percepção de que a Fiocruz precisa consolidar e ampliar sua política de acesso aberto também é apresentada pelo vice-diretor de Informação e Comunicação do Ict, Rodrigo Murinho. Para ele, a importância do acesso aberto está no fato de essa iniciativa reconhecer a informação como um direito e promover o livre acesso à informação científica. Por isso, ele defende a criação de uma política de Estado para o Brasil, a exemplo do que já ocorre em vários países. Recentemente, México (em maio de 2014) e Argentina (em novembro de 2013) lançaram suas políticas de acesso aberto.

“Estamos na era da informação e o controle desse insumo resulta em poder e lucro, o que requer políticas de Estado para se contrapor aos interesses das grandes corporações, que restringem o acesso a informação, e defender o interesse coletivo”, resume Murinho. Ele compartilha a ideia de que quanto mais amplo é o acesso à informação, maior é a possibilidade de desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Em relação à Fiocruz, Murinho advoga pela consolidação e ampliação da política atual. “Após a fase inicial, de implantação da política de acesso aberto, precisamos pensar em projetos complementares, como a digitalização de acervos físicos como teses e dissertações que estão disponíveis somente nas estantes das bibliotecas. Hoje, essa produção pode ser consultada livremente, mas o conteúdo não está disponibilizado em formato digital, está fora da internet, ou seja, tem acesso limitado”, observa. Ele comenta, ainda, a importância do fortalecimento do Arca como instrumento adequado para a operacionalização da política de acesso aberto da Fiocruz: “é importante que a plataforma destinada a reunir a produção intelectual da instituição seja gerida e



Rodrigo Murinho, vice-diretor de Informação e Comunicação do Ict

Crédito da foto: Vinicius Marmho - Multimídia/Fiocruz



Estamos na era da informação e o controle desse insumo resulta em poder e lucro, o que requer políticas de Estado para se contrapor aos interesses das grandes corporações, que restringem o acesso a informação, e defender o interesse coletivo

Rodrigo Murinho

chancelada pela própria instituição”. Em sua avaliação, nada impede que o mesmo texto esteja em outros suportes virtuais ou físicos: “o que não pode é deixar de estar depositado no repositório da própria instituição. Precisamos nos preocupar com a memória da nossa produção científica e garantir a continuidade do acesso a ela.”

Assim como Murinho, o coordenador do Centro de Estudo do Ict e pesquisador do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Ict), Marcel Pedrosa, também defende a criação de uma política de Estado para tratamento de informações científicas em acesso aberto e informa que a reativação do Centro de Estudos, que coincide com o período de desenvolvimento da Política de Acesso Aberto da Fiocruz, terá o tema como destaque nas primeiras atividades realizadas. O seminário do segundo semestre de 2014, por exemplo, é intitulado Acesso à Informação Científica em Saúde e, segundo Pedrosa, foi uma

escolha consensual entre os membros do Comitê Assessor do Centro. Ele acredita que a motivação da escolha tem relação com a defesa do acesso aberto de uma forma geral e com o fato de o Ict estar capacitando sua implementação institucional. As estratégias de atuação da nova fase do Centro de Estudos do Ict, aliás, é marcada pela influência do acesso aberto, já que os registros dos eventos estarão disponíveis para consulta na área Centro no site do Ict <<http://www.ict.fiocruz.br/content/centro-de-estudos-1>> e em outros sites internacionais. Pedrosa informa que estão previstos três tipos de atividades durante o ano: o seminário, cuja periodicidade é de dois por ano, um em cada semestre; o TEDx Ict, que acontecerá no segundo semestre de cada ano; e o Hackaton, que acontecerá sempre no primeiro semestre. Os seminários - que terão um formato de talk show - e o TEDx Ict - que obedece ao formato das

palestras TED (Tecnologia, Entretenimento e Design) idealizadas na Califórnia em 1984 - serão gravados pela VídeoSaúde - Distribuidora da Fiocruz e disponibilizados no site do Ict. O TEDx Ict também estará disponível na página concedida pelo TED para entidades que adotam o seu formato de palestras, todas com o palestrante de pé e o tempo máximo de 18 minutos. O Hackaton é o único evento que não envolve o acesso aberto diretamente, ainda que tenha uma filosofia colaborativa, já que reúne vários desenvolvedores de softwares para encontrarem soluções tecnológicas para problemas propostos pelo Ict, em 42 horas. Do ponto de vista de pesquisador, Pedrosa analisa a importância do acesso aberto: “da mesma forma que os laboratórios da Fiocruz produzem dados que podem ser utilizados em pesquisas de outras instituições, eles também consomem muitos dados e seria interessante uma política que favorecesse essa troca de informações”. E como cidadão, acrescenta: “além disso, é interessante que todas as instituições públicas tenham instrumentos que garantam o acesso a informações científicas por parte da sociedade”.

Elemento de inovação

Do ponto de vista jurídico, a iniciativa do acesso aberto pode ser considerada um elemento de inovação social. O pesquisador e advogado especialista em Direito Autoral e consultor da Fiocruz sobre o tema, Allan Rocha de Souza, argumenta que esse é um processo de transformação da visão sobre como o conhecimento é produzido e aplicado. “Este passo implica na superação do paradigma individualista, em que se supervaloriza o papel do indivíduo em detrimento do conjunto de interações interindividuais que produzem o resultado”, ressalta. Segundo Souza, a perspectiva individualista alcançou o seu ápice no século XIX, período em que se consolidaram



Marcel Pedrosa, coordenador do Centro de Estudo do Ict e pesquisador (Lis/Ict)

Crédito da foto: Paulo Lara - VídeoSaúde / Fiocruz



Da mesma forma que os laboratórios da Fiocruz produzem dados que podem ser utilizados em pesquisas de outras instituições, eles também consomem muitos dados e seria interessante uma política que favorecesse essa troca de informações

Marcel Pedrosa

os direitos autorais na forma como conhecemos, sendo o elemento central dessa perspectiva a ideia da autoria individual, do autor-gênio etc. Por outro lado, a revolução das tecnologias da informação e da comunicação na atualidade, suscita reflexão sobre as relações e as construções coletivas, implicando em discussão da visão individualista anterior. No entanto, lembra o jurista: “este processo de superação do individualismo é recente e está longe de acabado, aliás, estamos apenas começando a discutir suas bases”. Ele observa, entretanto, que embora o Direito não tenha instituído uma categoria de “autoria coletiva”, já oferece instrumentos contratuais que permitem assegurar a legalidade dos usos autorizados ao público em geral. Em sua avaliação, é nesse sentido que a Fiocruz está construindo uma sólida estrutura jurídica, que é necessária à operação efetiva do acesso aberto, ao lado das estruturas técnica e organizacional. Souza lembra que o acesso aberto é

uma reação aos excessos cometidos pelas editoras de livros e periódicos científicos no passado (e algumas ainda na atualidade). “Há editoras que exigem cessões completas e exclusivas de todos os direitos do autor e este chega a perder a possibilidade de usar o próprio material e sem receber qualquer remuneração por isso”, comenta. Na sua avaliação, foi a partir da evolução das tecnologias de comunicação e informação e compartilhamento de arquivos entre usuários na internet que vários cientistas e instituições - a partir da pressão de seus professores, pesquisadores e estudantes - puderam se opor às práticas dessas editoras e criar alternativas a elas, o que veio a ser conhecido como Acesso Aberto. Ele comenta que a publicação de um trabalho científico continua a exigir a transferência de direitos do autor para a editora ou repositório, mas a diferença é que os contratos envolvendo o acesso aberto não precisam exigir exclusividade nem têm finalidade comercial.

Base tecnológica

Constituído a partir da intersecção entre a visão crítica sobre a indústria editorial científica e o aumento das possibilidades de compartilhamento de informações entre usuários na internet, o acesso aberto tem a tecnologia como uma de suas bases. “Infraestrutura adequada facilita o acesso à informação de maneira geral. Nesse caso, em que estamos trabalhando com acesso aberto, isso é fundamental”, resume Paulo Marques, membro da equipe executiva do Repositório Institucional Arca.

Marques conta que o processo de desenvolvimento do Arca, iniciado ainda em 2009 a partir de um projeto do Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (LICTS/Icict/Fiocruz), envolveu a análise de vários produtos tecnológicos disponíveis. Antes das escolhas definitivas, entretanto, os sistemas utilizados no repositório institucional da Fiocruz foram avaliados a partir de critérios como: possibilidade de crescimento do conteúdo; escalabilidade de software (prevendo o aumento do número de acessos); facilidade de configuração; entre outros.

O resultado foi a escolha do DSpace como ferramenta de interface com o usuário, o PostgreSQL como sistema de base de dados, o TomCat para servidor de aplicação e o Linux como sistema operacional. “Todos têm código aberto e livre e esse também foi um critério de escolha”, acrescenta. Marques comenta que especialmente o DSpace é uma tendência mundial, verificada em diversos repositórios institucionais. “Fizemos um levantamento em vários países e constatamos que Portugal, que é um dos países precursores do acesso aberto, usa a ferramenta; e que ela também é difundida no Canadá, onde das 15 maiores universidades em números de alunos, 13 utilizam DSpace”.



Crédito da foto: Vinicius Marinho - Multimídia/Fiocruz

Paulo Marques, membro da equipe executiva do Repositório Institucional Arca.

O sucesso da ferramenta, na avaliação do especialista, deve-se ao fato de ela ser simples para o usuário e poderosa no quesito de customização. No caso da Fiocruz, por exemplo, a organização da produção científica e tecnológica se deu a partir da customização das Comunidades (primeiro nível de organização do DSpace) presente na ferramenta, com cada uma das unidades da instituição e as Coleções (segundo nível de organização), com as tipologias de arquivos a serem depositados.

O repositório, afinal, poderá receber arquivos de teses, dissertações, artigos científicos, livros, capítulos de livros, trabalhos de conclusão de cursos (TCC), fotos, vídeos, relatórios de pesquisa e muitas outras tipologias. E outro benefício da ferramenta é que os formulários puderam ser elaborados conforme o tipo de documento, simplificando-os. “Se um usuário quer depositar uma tese, o campo sobre o tempo em minutos não vai aparecer para ele da mesma forma que não aparecerá o campo sobre número de páginas para quem quer depositar um vídeo”, resume.



Infraestrutura adequada facilita o acesso à informação de maneira geral. Nesse caso, em que estamos trabalhando com acesso aberto, isso é fundamental

Paulo Marques



Crédito da foto: Raul Santana - Multimídia/Fiocruz



Crédito da foto Allan Rocha - Arquivo Pessoal

Para entender os Direitos Autorais no acesso aberto

O pesquisador Allan Rocha de Souza, consultor sobre direitos autorais para a Fiocruz, esclarece alguns aspectos do Direito Autoral para os casos de arquivamento em repositórios institucionais.

Quando uma publicação científica exige exclusividade de um artigo, esse mesmo artigo pode estar depositado no repositório da instituição em que o pesquisador atua?

Em geral não há qualquer conflito entre os contratos de direitos autorais com as editoras e o simples depósito do artigo no Repositório Institucional, desde que - no caso de a editora ter a exclusividade da publicação - esteja sob embargo, evitando sua divulgação pública durante o período que o embargo exigir. Isso permite um tempo de exploração exclusiva por parte da editora do periódico sobre os direitos patrimoniais referentes ao artigo. Um número razoável de editoras já desenvolveu ou está em vias de desenvolvimento de uma política de publicação que considera a prática do acesso aberto, com ou sem embargo. É quase sempre uma questão de solicitação e negociação.

Poderia explicar o que são direitos morais e patrimoniais?

Direitos morais são direitos de ordem pessoal. Não podem ser contratualmente transferidos e podem ser genericamente classificados em quatro grandes categorias: paternidade, que é o direito de ter o seu nome atrelado a qualquer divulgação da obra; comunicação, que é o direito de comunicar ou não a obra ao público, mantendo ou não a obra inédita e também de, em circunstâncias específicas, retirar a obra de circulação; modificação, que é o direito de modificar, autorizar a modificação ou se opor a esta garantindo a integridade da obra; e acesso a exemplar raro da obra, para fins de compor sua memória intelectual.

Direitos patrimoniais são os direitos de natureza econômica e podem ser transferidos total ou parcialmente. Por exemplo: pode haver uma cessão de direitos para uma editora publicar o texto apenas em português e em

versão digital. Essa transferência pode ser feita por meio de contratos de cessão ou licenciamento de direitos. Quando não há transferência, os direitos patrimoniais pertencem aos autores, que são seus titulares originais.

No caso do acesso aberto à informação, o direito moral sobre a obra é preservado, certo? O que significa isso exatamente?

Isso quer dizer que ninguém estará autorizado usar a obra como se fosse de sua autoria, substituindo o nome do autor, ou mutilar a obra, afetando a sua integridade.

Por outro lado, o direito patrimonial deixa de ser exercido tanto pelo autor quanto pela instituição ou agência financiadora, uma vez que o conteúdo é disponibilizado gratuita e livremente. É isso mesmo?

Não. Os direitos obtidos pela instituição junto aos autores são de caráter não exclusivo e unicamente para fins não comerciais. Isso quer dizer que tanto os autores como a instituição poderão continuar a usar livremente estes direitos para fins não comerciais, ao passo que os direitos morais e os de uso para fins comerciais continuam reservados exclusivamente aos autores.

No caso de trabalhos com possibilidade de patenteabilidade ou relacionados com a produção industrial, como se resolve a questão acesso aberto x sigilo industrial x sigilo comercial?

A figura do embargo – já prevista na lei de propriedade industrial – assegura a compatibilidade entre estes interesses. Nestes casos a obra ficaria depositada mas não disponível. Em alguns casos, apenas alguns poucos dados da obra estariam disponibilizados ou mesmo inseridos no sistema, mas isso não é algo problemático.



Crédito da foto: Vinícius Maranhão - Multimídia/Fiocruz

Entrevista com Ana Maranhão

Acesso aberto como instrumento de justiça social

A coordenadora do Repositório Institucional da Fiocruz – Arca, Ana Maranhão, acredita que acesso aberto à informação e ao conhecimento é um direito do cidadão e um instrumento de promoção da justiça social. Em entrevista à Inova Ict, Ana ressalta que o conhecimento é um patrimônio inestimável e que sua distribuição tem impacto para a melhoria de vida das pessoas, especialmente quando esse saber está relacionado com a saúde, que é o bem maior de todo ser vivo.

Inova – Como anda o desenvolvimento do acesso aberto no Brasil e no Mundo?

O Brasil vem se posicionando, mas não de maneira oficial, por meio de leis. Em alguns países - como Argentina, Peru e México -, existe legislação exigindo que o resultado de pesquisas financiadas com dinheiro público seja disponibilizado em acesso aberto. Aqui, embora exista um projeto de lei nesse sentido [do senador Rodrigo Rollemberg], a mobilização está mais concentrada no meio acadêmico. O IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), por exemplo, elaborou um projeto para oferecer um servidor com o programa DSpace instalado para universidades que quisessem criar seus repositórios institucionais. A Capes, por sua vez, recomenda que os programas apoiados por ela mantenham o registro de sua produção acadêmica em acesso aberto, mas estas são iniciativas de estímulo e apoio e não têm a força de uma lei.

Inova – Uma das questões fundamentais sobre acesso aberto é o direito à informação por parte da sociedade, especialmente quando as pesquisas são oriundas de instituições públicas ou são financiadas com recursos públicos. Poderia explicar melhor isso?

Informação é considerada um direito fundamental do cidadão, assim como moradia e acesso à saúde. Isso é ainda mais verdadeiro quando nos referimos à informação resultante de pesquisas que foram financiadas com dinheiro público, ou seja, com recursos oriundos dos impostos pagos por todos os brasileiros. O conhecimento produzido, portanto, pertence aos cidadãos realmente e não é favor nenhum disponibilizá-lo. É importante lembrar que a Fiocruz sempre teve essa visão sobre a importância de se disseminar a informação científica e as BVS [Bibliotecas Virtuais em Saúde], administradas pela Fiocruz com apoio da Bireme, são um exemplo disso.

Inova – Porque, afinal, o acesso aberto é considerado tão importante?

O acesso aberto é tudo para a ciência. Ele facilita a disseminação do conhecimento e, conseqüentemente, sua aplicação e ampliação. No caso da saúde, isso é ainda mais importante porque pode resultar em benefícios para a vida das pessoas, especialmente nos países menos desenvolvidos. É muito injusto manter um conhecimento restrito, sabendo que existem tantos povos e indivíduos precisando encontrar soluções para seus males. Sempre penso no filme “O Jardineiro Fiel” (que discute o uso de medicamentos ainda não testados em uma população africana) e reflito sobre o fato de que com a democratização do conhecimento, os cientistas africanos podem encontrar suas próprias soluções de saúde e os governos dos países podem, então, evitar que suas populações passem por esses riscos.

Inova – No caso do Arca, que foi lançado em 2011, já é possível identificar uma tendência para o destino do conhecimento produzido pela Fiocruz?

A grande maioria dos objetos digitais armazenados no Arca foram produzidos em Português, o que já orienta uma tendência de consulta. Excluindo o Brasil (que responde por quase a totalidade dos acessos) e os Estados Unidos (que tem muitos acessos devido a consultas feitas por motores de busca), os três países que mais consultaram o repositório no período de março até agosto de 2014 foram Portugal, Angola e Moçambique. Já esperávamos por esse perfil de público e acreditamos que o conhecimento produzido pela Fiocruz é um patrimônio de valor inestimável para os países lusófonos e hispânicos.

Inova – Recentemente, tem sido mais recorrente o surgimento de fraudes no meio acadêmico, supostamente devido à excessiva exigência de publicações. Como o fato de as pesquisas estarem publicadas em acesso aberto pode coibir esse tipo de ocorrência?

A maioria das pessoas supõe que disponibilizar seu trabalho em acesso aberto facilita o plágio, mas isso não é verdade. É justamente o contrário: o acesso aberto facilita a identificação da cópia, o que acaba por proteger o autor. Hoje em dia existem softwares criados para detectar plágios: eles vasculham as bases de dados de conteúdo acadêmico em acesso aberto, comparam com o trabalho apresentado a uma banca e informam se há proximidade com textos anteriores. Se alcançar um determinado grau de semelhança, cabe ao editor e aos revisores verificarem a prática do plágio ou não. Por outro lado, esses softwares não conseguem vasculhar um artigo, tese ou dissertação publicado em acesso

fechado, guardado em uma biblioteca. Resultado: se uma pessoa mal intencionada copiar aquele texto e apresentar como sua, será mais difícil descobrir e, assim, a fraude tem mais chances de perdurar.

Inova – Segundo o pesquisador Eloy Rodrigues, o Brasil é um dos poucos países onde as revistas de acesso aberto têm mais peso do que os repositórios institucionais. O que é mais interessante para a instituição: ter publicações em várias revistas de acesso aberto ou ter um repositório institucional reconhecido?

São coisas diferentes e, a meu ver, complementares e não concorrentes. As revistas sempre foram e continuam sendo os meios de comunicação para divulgação científica por excelência. As pessoas consomem revistas e não repositórios. Elas escolhem as publicações segundo os seus interesses, necessidades e curiosidades e, assim, as publicações cumprem a sua função social de disseminar conhecimento científico. Os repositórios, por outro lado, têm a missão de preservação e reunião da memória institucional. Embora eles também sejam ambientes virtuais abertos à consulta, sua função fundamental não é a divulgação das informações como é o caso da revista, mas a conservação destas. Ou seja: um leitor pode ler um arti-

go em uma revista, se interessar em aprofundar seus conhecimentos e acessar a tese do mesmo autor no repositório. A tese estará lá e nas revistas estarão vários artigos relativos ao mesmo tema.

Inova – E o que muda para o pesquisador com o fato de ter trabalhos depositados no repositório institucional?

Uma mudança essencial é que ele passa a ter um ambiente seguro e permanente para armazenar sua produção acadêmica. O repositório é diferente de outros sites, que mantêm apenas referências do texto. No Arca é o objeto digital que precisa ser armazenado. Além disso, é importante lembrar que o compromisso do repositório é guardar esses objetos digitais e mantê-los legíveis para sempre. Isso significa que temos que garantir a segurança e que estamos sempre atentos às evoluções tecnológicas: se alguma tecnologia mudar, somos obrigados a acompanhar. Outro benefício é o aumento da visibilidade sobre obras disponibilizadas em acesso aberto. Isso ocorre porque, enquanto nas revistas de acesso fechado só os assinantes podem conhecer seu conteúdo, nos repositórios ele está disponível para qualquer pessoa.



ARCA

Repositório Institucional da Fiocruz

Inova – Na prática, o que o pesquisador tem que fazer para depositar seu trabalho no repositório institucional da Fiocruz?

No caso das teses e dissertações, o pesquisador entrega o texto final e o arquivo digital para sua secretaria acadêmica, que deverá conferir os documentos físico e digital e dar o aval para arquivamento na biblioteca, que fará o cadastro dos dois documentos. O texto em papel vai para a estante; sua versão digital vai para arquivo digital da biblioteca. O Arca, então, faz uma varredura (harvesting) mensal por todas as bibliotecas e copia esses arquivos automaticamente para o seu acervo. No caso de artigos, é o próprio autor que se cadastra no Arca e faz o depósito do texto, preenchendo título, autoria e ano de publicação. Depois disso, o gestor responsável pela comunidade do Arca da qual o autor faz parte vai verificar o documento, completar metadados e liberar para leitura.

Inova – Quem precisa depositar trabalhos no repositório institucional da Fiocruz?

Todos os autores de teses, dissertações e artigos acadêmicos, mesmo que estejam participando de trabalhos de programas acadêmicos em instituições externas à Fiocruz. Inclusive, é importante que os pesquisadores da Fundação informem aos seus pares de outras entidades sobre a política de acesso aberto a que estão submetidos. É que os trabalhos produzidos em conjunto deverão ser depositados no Arca. Se a outra universidade/escola etc. também tiver um repositório e precisar arquivar o objeto digital em seu acervo, não há problema algum, isso pode ser feito; o que não é aceitável é a outra instituição querer impedir ou dificultar o arquivamento em nosso repositório.

Inova – A iniciativa do acesso aberto da Fiocruz tem todo um arcabouço operacional, especialmente a criação do Arca e dos Naacs. Poderia explicar a importância de cada um e a forma como operam e como os profissionais podem interagir com esses instrumentos?

O Arca é o principal instrumento de operacionalização da política criada, ele é o ambiente virtual onde ficarão armazenados os objetos digitais de todas as unidades da Fiocruz. Atualmente, já estão depositados mais de 5 mil desses objetos digitais, distribuídos em comunidades, que correspondem às unidades da Fiocruz, e, dentro delas em coleções, que correspondem aos tipos de documento: tese, artigo, trabalho de fim de curso, vídeo, livro, capítulo de livro, etc. Para facilitar a operação de avaliação e arquivamento dos documentos, foram criados, em cada unidade, os Naacs [Núcleos de Acesso Aberto ao Conhecimento], que auxiliam a interlocução entre autores, bibliotecas, NITs [Núcleos de Inovação Tecnológica] e o Arca. O trabalho dos membros dos Naacs envolve a gestão das comunidades do Arca, a verificação sobre a disponibilização de um documento com ou sem embargo, o atendimento aos autores e auxílio, enfim, no que forem solicitados. Conforme a política avança, esses profissionais estão sendo treinados em cada uma das atividades.

Inova - Gostaria que contasse um pouco do histórico de construção do Arca, da iniciativa de acesso aberto na Fiocruz e falasse sobre o papel institucional do Ict no processo de desenvolvimento e operacionalização dessa iniciativa.

Tudo começou com um projeto de pesquisa do Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (LICTS/ Ict), que tinha o objetivo de criar um repositório para a produção científica do Ict. Só que o projeto cresceu, se tornou institucional e precisou deixar o ambiente de experimentação, como é natural em um laboratório de pesquisa, para se tornar um produto passível de ser utilizado pela comunidade Fiocruz. O Ict, portanto, sempre esteve ligado à questão do acesso aberto na Fundação: inicialmente por meio do LICTS, depois pela participação na formulação da política e, agora, com a gestão do Arca. Como já disse a Fiocruz também sempre esteve atenta à disseminação da informação científica e administra várias atividades com essa característica, como as BVS, por exemplo, e a própria rede de bibliotecas ■



Prospecção Estratégica para o Sistema de Saúde Brasileiro

Qual o futuro do sistema de saúde brasileiro? Essa é a pergunta norteadora do projeto A Saúde no Brasil em 2030, uma parceria da Fiocruz com a Presidência da República, o Ministério da Saúde e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.



saudeamanha.fiocruz.br

Dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde do Ict/Fiocruz apontam como o envolvimento da população com os campos de pesquisa e serviços públicos pode mudar a realidade destas áreas

Participação Social nas defesas do PPGICS

Clarisse Cavalcante
Comunicação CTIC

A ideia mais corriqueira de participação social parece ser aquela imagem de uma multidão reunida na rua, mobilizada coletivamente em torno de objetivos comuns - como registrou-se na década de 1980 com o movimento Diretas Já, e mesmo em 2013, com as passeatas de junho, desencadeadas pela rejeição ao aumento nos valores das passagens de ônibus. No entanto, nem todas as possibilidades de participação envolvem necessariamente grandes quantidades de pessoas. Ela pode ocorrer de diversas maneiras e em distintos espaços, sempre que uma pessoa ou um grupo se dispõe a ocupar canais de mobilização, seja de forma direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular), representativa (eleições legislativas e executivas) ou deliberativa (conselhos gestores).



Fotomontagem de Vera Lucia F. de Pinho, sobre fotos de Tânia Régio, Tomaz Silva e Arquivo Memória - Agência Brasil



Crédito da foto: Raul Santana - Multimeios/Fiocruz



O Brasil foi considerado, até o início do seu processo de democratização, um país com baixa propensão associativa, fenômeno esse ligado às formas verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constituiu uma esfera pública fraca e ampliadora da desigualdade social gerada pela esfera privada

Leonardo Avritzer, sociólogo e professor da Universidade Federal de Minas Gerais

Historicamente, a realização desta participação no cotidiano ampliou-se sensivelmente após a Ditadura Militar, com a redemocratização do Brasil. De acordo com Leonardo Avritzer, sociólogo e professor da Universidade Federal de Minas Gerais, depois do Golpe de 1964 observou-se no país um crescimento significativo dos espaços coletivos de exercício da participação social, especialmente das associações da sociedade civil ligadas ao direito à moradia, à saúde e à educação. Tomando como exemplo o Rio de Janeiro, Avritzer aponta que este número aumentou de 188 associações na década de 1940, para 2.498 em 1980. Na virada do milênio, este crescimento físico tornou-se mais lento em razão do aumento da violência verificado nas grandes cidades. Mas outras formas de participação, ligadas à popularização do uso da internet, despontaram nos últimos anos, como as mobilizações através das redes sociais e das plataformas on-line.

“O Brasil foi considerado, até o início do seu processo de democratização, um país com baixa propensão associativa, fenômeno esse ligado às formas verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constituiu uma esfera pública fraca e ampliadora da desigualdade social gerada pela esfera privada”, expõe Avritzer na publicação Participação Social no Brasil. A área da saúde foi uma das que primeiro despertou para o exercício da participação social nos moldes como está prevista na Constituição Federal – que sugeriu, dentre outros mecanismos, sistemas de gestão democrática em vários campos de atuação da administração pública. Isso significa que, mais do que uma expressão assegurada na Carta Maior, a população precisa ser consultada e interferir no processo. Em tese, é o que caberia aos conselhos de saúde, em suas diferentes instâncias: fiscalizar e deliberar sobre políticas

públicas nesta área. Se considerarmos os conselhos municipais e distritais do Brasil, o número de espaços coletivos de decisão é animador: cerca de 30 mil, conforme calcula o pesquisador e professor Valdir Oliveira, do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) do Ict/Fiocruz. Ele aponta a necessidade de repensar o alcance deste modo de participação social, a partir de suas limitações estruturais e políticas, mas lembra que a presença dos conselhos foi e é fundamental para assegurar a permanência do Sistema Único de Saúde (SUS), tão fortemente ameaçado pelas iniciativas privadas na área da saúde, quase sempre desvinculadas do interesse social.

Mas não é apenas na saúde pública que se observa uma ampliação da presença e debate sobre participação social. Em teses e dissertações apresentadas por concluintes do ano de 2014 do PPGICS, vemos que os modos como esta participação vem sendo discutida e consolidada refletem a diversidade de cenários nos quais é possível e necessário prever o exercício da democracia.

Engajamento comunitário: participação social na ciência

Em um futuro próximo, é possível que não só a ciência se torne mais popular em sua atuação, mas também que a participação da sociedade em suas questões de pesquisa seja uma condição para o melhor alcance dos resultados esperados. Para entendermos o que isso significa, imagine que você resida em um bairro onde cientistas vão liberar mosquitos transmissores da dengue infectados com uma bactéria, com o objetivo de compreender o comportamento e o tempo de vida deles, uma vez circulando no meio ambiente. Mas, para que este processo de soltura ocorra, é necessário que você e sua vizinhança estejam conscientes e de acordo com os riscos existentes. Esta experiência aconteceu na Austrália e está sendo desenvolvida no Brasil, numa pesquisa intitulada *Eliminar a dengue: desafio Brasil*, promovida pela Fiocruz.



Existe um componente político, onde a decisão dos sujeitos de participar ou não do projeto faz parte do engajamento comunitário. Há um processo de parceria e construção coletiva entre a ciência e a sociedade para que decidam juntos. É uma participação política ativa de grupos organizados na e para a formulação de agendas de pesquisa em saúde

Carla Paolucci, aluna do PPGICS



Crédito da foto: Guilherme Brito - IOC / Fiocruz



A pesquisa trabalha com o conceito de engajamento comunitário, uma das manifestações possíveis da participação social. A falta de estudos sobre o tema, e mesmo a falta de consenso sobre o significado deste engajamento, foi o que mobilizou a assistente social Carla Paolucci a realizar uma revisão bibliográfica em sua dissertação de mestrado, buscando compreender de que forma este conceito se articula com outros na ciência e pode promover mudanças satisfatórias nas respostas às pesquisas públicas com forte componente social.

Para a pesquisadora, a experiência no campo foi fundamental para o desenvolvimento de seus estudos exploratórios. “Fiz parte, juntamente com outros membros do Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (LICTS) do Ict/Fiocruz., de todo um trabalho de envolvimento, com informação e diálogo sobre o projeto nas áreas escolhidas para o possível processo de soltura dos mosquitos infectados. Digo ‘possível’ porque no fim a sociedade deve saber o que a ciência pretende realizar em suas localidades para, em conjunto, após debates e muita escuta de ambas as partes, decidir a melhor forma de desenvolvimento ou não da pesquisa.”

Segundo Carla, o Brasil possibilita este tipo de participação em pesquisas científicas porque busca a credibilidade da ciência como algo próximo do cotidiano e dos problemas do cidadão comum. “Existe um componente político, onde a decisão dos sujeitos de participar ou não do projeto faz parte do engajamento comunitário. Há um processo de parceria e construção coletiva entre a ciência e a sociedade para que decidam juntos. É uma participação política ativa de grupos organizados na e para a formulação de agendas de pesquisa em saúde.”



Crédito da foto: Stock-xchng



Ao mesmo tempo em que o interesse das indústrias pelo conhecimento e práticas tradicionais permanece crescente, os agricultores familiares têm se utilizado de estratégias, muitas vezes insuficientes, para proteger ou negociar o conhecimento constituído por seus antepassados

Silvia Regina Baptista, aluna do PPGICS

Participação social em redes

Além de gerar um engajamento específico em situações de pesquisa, a ampliação da participação social pode mudar a relação das comunidades com as suas tradições diante das demandas do mercado e do consumo. Foi o que observou a pedagoga Silvia Regina Baptista, que estudou o ambiente de gestão participativa do Projeto Agroecológico do Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde de Farmanguinhos (Profito/Fiocruz), em Pedra Branca, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, e na Baixada Fluminense.

Em sua dissertação, Sílvia analisou o modo como as comunidades começam a se articular para dispor os conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais, levando em consideração o assédio articulado das indústrias farmacêuticas e cosméticas sobre este nicho cultural e econômico. “Ao mesmo tempo em que o interesse das indústrias pelo conhecimento e práticas tradicionais permanece crescente, os agricultores familiares têm se utilizado de estratégias, muitas vezes insuficientes, para proteger ou negociar o conhecimento constituído por seus antepassados”, explica a autora. Através da participação no Profito/Fiocruz, estas comunidades formaram um coletivo de discussões, que passou a atuar também em diferentes políticas públicas com intervenção em seu território.

Na opinião da pesquisadora, discutir e promover a participação social voltada para públicos periféricos é sempre um desafio, sobretudo do ponto de vista da autonomia destes grupos, historicamente submetidos a mecanismos políticos, econômicos e culturais de repressão. “A primeira barreira a ser enfrentada foi a visão que os agricultores tinham do Estado. A permanente repressão que sofri-

am no exercício da agricultura como sua atividade econômica e cultural, transmitiu um conceito de poder público fiscalizador e repressor. Circulava também uma visão do poder público que propõe e não consegue realizar o que promete, por conta dos projetos públicos que não se sustentam na linha do tempo. Quando esse Estado se apresentou com um convite à participação isso gerou um descrédito muito grande”, explica.

No entanto, a inserção no Profito/Fiocruz fez nascer nas comunidades uma perspectiva de concretização de suas demandas sociais, para além da relação com as plantas medicinais. “Eles permaneceram comparecendo e cobrando respostas nas reuniões periódicas destinadas à gestão participativa”, ressalta Sílvia. Para esse grupo social, ela analisa, a partir de sua pesquisa, que o estímulo foi tanto que se tornou muito difícil compreender a fragmentação dessas políticas em diferentes áreas do conhecimento e setores da economia.

Participação social no serviço de saúde: os desafios de disseminar canais de diálogo

Prever e garantir dispositivos tradicionais de controle e participação social não garante que eles sejam de fato utilizados pela população. Foi o que constatou a psicóloga Marcela Vieira, que teve como objeto de estudo o projeto TEIAS-Escola Manguinhos, iniciativa de gestão de duas Unidades de Saúde da Família localizadas na comunidade de Manguinhos, numa parceria da Fiocruz com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Como hipótese de pesquisa, a autora acreditava haver uma subutilização dos mecanismos de ouvidoria destes espaços. Além de comprovar

sua hipótese, Marcela concluiu que a baixa utilização se dá, muitas vezes, por desconhecimento da existência e da efetividade destes canais.

“Talvez coubesse a estes espaços algum tipo de trabalho de sensibilização junto aos usuários e trabalhadores do TEIAS-Escola Manguinhos, para que estes conheçam o papel da Ouvidoria e do Conselho Gestor Intersetorial (CGI), bem como os seus limites e alcance de atuação. Somente assim poderia ser atestado em que medida eles podem favorecer ou não a efetividade da participação e o controle social no território de Manguinhos.”

O problema apontado pela pesquisadora é que o conhecimento deficitário, tanto pelos usuários quanto pelos trabalhadores, a respeito da atuação e atribuições dos espaços destinados à prática do controle e da participação social, pode prejudicar a elaboração de ações de mobilização em prol da gestão participativa no território. “Se pensarmos que estamos constatando isso em uma realidade local, e que todos fazemos parte de um sistema maior – SUS – podemos depreender que isso também pode ser refletir no exercício do controle e da participação social no sistema como um todo”, destaca Marcela.

Ela ainda resgata que apesar de prevista legalmente, por constar em nossa Constituição Federal, e de ser materializada através da existência dos conselhos de saúde, a participação social ainda é um desafio na área da saúde, sobretudo porque os diversos espaços de mobilização social não operam em toda a sua potencialidade. “Na verdade não parece haver um esforço genuíno da parte de alguns gestores e profissionais de saúde em fazer com o que cidadão usuário dos serviços participe e se aproprie dos mecanismos de controle e participação social existentes no sistema”, conclui ■



Se pensarmos que estamos constatando isso em uma realidade local, e que todos fazemos parte de um sistema maior – SUS – podemos depreender que isso também pode ser refletir no exercício do controle e da participação social no sistema como um todo.

Marcela Vieira, aluna do PPGICS




PPGICS

**Programa de Pós-Graduação em
Informação e Comunicação em
Saúde**

Mestrado e doutorado acadêmico em informação e comunicação em saúde constituem níveis independentes e terminais de ensino, qualificação e titulação.

 Ministério da Saúde
FIUCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

 ICICT
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

www.fiocruz.br/pos_icict

Novas metodologias de inquéritos buscam revelar a saúde no país sob o ponto de vista dos usuários

Investigando a saúde

Keila Maia
Comunicação CTIC

O perfil dos usuários de crack no Brasil, a incidência de HIV no país, o impacto das mudanças climáticas na ocorrência de doenças são alguns exemplos de informações que possibilitam a elaboração de políticas públicas e programas de governo. Mas para obter dados dessa natureza, é preciso realizar pesquisas que permitam uma apuração rigorosa e, de fato, reflitam a realidade vivenciada pela população. No Icict, esses estudos são conhecidos como inquéritos de saúde e vêm sendo desenvolvidos por seus laboratórios, em parceria com outras instituições.



Crédito da foto: Peter Illiciev - CCS Flocruz

Um dos principais inquéritos de saúde feito pelo Icict é a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em parceria com o IBGE e o Ministério da Saúde, cujo objetivo é levantar dados sobre a situação da saúde e os estilos de vida da população brasileira

“A maioria dos nossos inquéritos é demandada pelo Ministério da Saúde ou por outros órgãos, mas também temos alguns trabalhos para investigar hipóteses. Em ambos os casos, buscamos uma amostra que seja a mais representativa possível, de forma a traçar um panorama bem próximo da realidade”, destaca a pesquisadora do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict), Célia Landmann Szwarcwald.

Um dos principais inquéritos de saúde feito pelo Icict é a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde, cujo objetivo é levantar dados sobre a situação da saúde e os estilos de vida da população brasileira. A investigação também possibilita saber como as pessoas cuidam da saúde, verificando como se dá o acesso aos serviços, a continuidade dos tratamentos e o financiamento da assistência.

Para promover um levantamento dessa magnitude, é necessário realizar uma série de atividades, que demandam um esforço conjunto por parte das instituições envolvidas. Até a divulgação dos resultados, são várias etapas, que incluem reuniões preparatórias para definir os objetivos, o processo de amostragem e a metodologia da pesquisa e ainda vários encontros técnicos, onde são elaborados os questionários e estabelecidos outros instrumentos, como coleta de sangue, medição de pressão, entre outros.

“Também fazemos a capacitação dos entrevistadores e, para sensibilizar a população sobre a importância de responder à pesquisa, elaboramos todo o material de divulgação”, explica a gerente da PNS no IBGE, Maria Lúcia Vieira.

Para garantir que o questionário desenvolvido irá de fato atender aos objetivos da pesquisa, antes da ida

a campo são feitos pré-testes, verificando a adequação da linguagem, o tempo gasto para cada resposta e outras inconsistências. É nesse momento que alguma questão mal elaborada pode ser reformulada.

“Em um desses testes, havia no questionário uma pergunta para saber se estava faltando atendimento odontológico em alguma cidade e, então, perguntávamos se as pessoas iam ao dentista fora de seu município domiciliar. Percebemos, entretanto, que a resposta afirmativa não significava a ausência do serviço na cidade, mas que, simplesmente, o cidadão estava preferindo buscar esse atendimento perto de seu trabalho”, exemplifica Célia Landmann.

No caso da PNS, há ainda uma fase de estudo piloto de todos os procedimentos, uma vez que o inquérito também inclui a realização de medidas físicas e exames laboratoriais. A ideia é executar todo o



Crédito da foto: Paulo Rodino - Biblioteca de Mangueiras

processo, visando, assim como no pré-teste, verificar possíveis falhas e corrigi-las antes do início da pesquisa. Após os últimos acertos, parte-se para a coleta dos dados e, posteriormente, para a apuração, tabulação e divulgação dos resultados.

A PNS está em sua quarta edição. O estudo é realizado de forma regular a cada cinco anos desde 1998, quando o Ministério da Saúde assumiu a periodicidade do suplemento de saúde da PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, levantamento cujo tema central é o mercado de trabalho. Entretanto, até 2013, a PNS era uma parte da PNAD, mas, agora, é feita separadamente e passará a integrar o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) do IBGE.

“A saúde vem permeando os estudos do IBGE desde a década de 80, mas a necessidade de investigar o tema com mais profundidade cresceu tanto, que se tornou inviável abarcá-la dentro da PNAD. A PNS 2013 é um estudo muito mais abrangente que coroa todos esses anos de parceria entre IBGE, Fiocruz e Ministério da Saúde”, destaca o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo Pereira.

Neste novo formato, o inquérito é composto por três questionários: o domiciliar, referente às características do domicílio; o relativo a todos os moradores, que dá continuidade ao Suplemento Saúde da PNAD; e o individual, respondido por um morador de 18 anos ou mais, selecionado entre todos os residentes elegíveis, que dá enfoque às principais doenças crônicas não transmissíveis, aos estilos de vida, e ao acesso ao atendimento médico. No morador adulto selecionado, são feitas aferições de peso, altura, circunferência da cintura e pressão arterial, bem como coleta de sangue para realização de exames laboratoriais.



Célia Landmann, coordenadora da PNS e pesquisadora (Lis/Icict)

Crédito da foto: Vinícius Marinho - Multimeis/Fiocruz



A maioria dos nossos inquéritos é demandada pelo Ministério da Saúde ou por outros órgãos, mas também temos alguns trabalhos para investigar hipóteses. Em ambos os casos, buscamos uma amostra que seja a mais representativa possível, de forma a traçar um panorama bem próximo da realidade

Célia Landmann

Para Célia Landmann, um dos aspectos mais significativos da PNS é o fato de ser um estudo cujo público-alvo é a população brasileira. Os resultados dessa investigação permitem saber se os programas de saúde estão chegando aos cidadãos, ou seja, é uma radiografia da saúde sob o ponto de vista do usuário, e não do gestor ou do profissional. Outro ponto positivo é que, embora seja um estudo envolvendo IBGE, Ministério da Saúde e Icict, toda a metodologia foi discutida com vários parceiros, como universidades, Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), ONGs, entre outras organizações, em diversos fóruns.

Há, entretanto, limitações a serem superadas, como os processos amostrais, que ainda não conseguem ter representatividade no nível de município. Foi pensando nessa questão que o Icict lançou, no ano passado, o site PNS (www.pns.icict.fiocruz.br), que oferece ferramentas aos gestores municipais, para que possam realizar seus próprios inquéritos. O site disponibiliza o passo a passo da pesquisa, mostrando todo o processo realizado, e ainda dispõe de um serviço de Fale Conosco para esclarecer dúvidas dos usuários.

Ainda como desafio, Célia destaca a necessidade de atualização constante do modelo de inquérito aplicado. “O ideal seria que um grupo de pesquisadores tivesse tempo de se concentrar nessa questão, uma vez que as pesquisas são feitas para embasar a criação ou reformulação de políticas públicas. Então, é preciso que a conjuntura esteja em análise permanente”, avalia.

PNS e muito mais

Outros inquéritos fazem parte do escopo do Icict. Em âmbito internacional, por exemplo, o Instituto participou, em 2003, da Pesquisa Mundial de Saúde, financiada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O questionário era padronizado, mas incluiu questões específicas sobre

o Brasil e, para isso, contou com a parceria do LIS.

Recentemente, outro importante inquérito desenvolvido pelo Icict foi a Pesquisa Nacional Sobre o Uso de Crack, concluída no ano passado. O estudo, que teve início em 2011, foi realizado nas 26 capitais, DF e nove regiões metropolitanas, constituindo-se na maior pesquisa do mundo voltada para uma população vulnerável que faz uso de substâncias psicoativas, como a dos usuários do crack. O principal diferencial desse estudo é o fato de ter sido desenvolvido não apenas em domicílio, mas também nos cenários de uso.

“Os inquéritos tradicionais são feitos nas residências, mas este foi feito de forma mista, ou seja, nas casas e também nos locais onde a droga é utilizada. Entendíamos que, se usássemos somente uma base domiciliar, deixaríamos de colher dados de uma parcela significativa da população, uma vez que boa parte dos usuários de crack não está em casa nos horários em que as pesquisas podem ser realizadas. Além disso, muitos não têm moradia fixa, podendo estar nas ruas ou em abrigos”, explica Francisco Inácio Bastos, coordenador da pesquisa.



Francisco Inácio Bastos, coordenador da Pesquisa Nacional Sobre o Uso de Crack e pesquisador (Lis/Icict)

Crédito da foto: Vinícius Marinho - Multimeis/Fiocruz



Os inquéritos tradicionais são feitos nas residências, mas este foi feito de forma mista, ou seja, nas casas e também nos locais onde a droga é utilizada. Entendíamos que, se usássemos somente uma base domiciliar, deixaríamos de colher dados de uma parcela significativa da população, uma vez que boa parte dos usuários de crack não está em casa nos horários em que as pesquisas podem ser realizadas. Além disso, muitos não têm moradia fixa, podendo estar nas ruas ou em abrigos

Francisco Inácio Bastos



Crédito da foto: Tânia Rêgo - Agência Brasil



Crédito da foto: Tânia Régio - Agência Brasil

Com isso, também é possível estimar aqueles que usam drogas, mas que não estejam regularmente domiciliados.

Já nas entrevistas feitas nos cenários de uso, utilizando uma metodologia conhecida como Time Location Sample (TLS), visitam-se locais de consumo da droga em dias e horários alternados, onde também são feitos testes rápidos para HIV e Hepatite C.

No inquérito domiciliar, foram entrevistadas cerca de 25 mil pessoas da população em geral, não necessariamente usuários de drogas, visando possibilitar uma precisão estatística. Nas próprias cenas de uso da droga, foram feitas 7.381 entrevistas com usuários de crack no país.

Segundo Francisco, a diferença básica entre a pesquisa domiciliar e a que foi feita nos locais de consumo é que, nas cenas, não foi possível contar com nenhuma base de cadastro. Dessa forma, foi necessário começar do zero, mapear os lugares, porque, por questões de segurança, o cadastro de cenários de uso de droga não é divulgado.

“Além disso, como estávamos entrando nessas áreas como profissionais de saúde, evitávamos contato com equipes de segurança para não termos nenhum problema para conquistar a confiança dos entrevistados. Entretanto, ao divulgar os resultados da pesquisa para as pessoas da segurança, todos disseram que nossos mapeamentos eram bem similares aos deles”, diz.

De acordo com o coordenador, assim como o inquérito domiciliar, às vezes, passa pela dificuldade do acesso, como nos condomínios cujos síndicos não liberam a entrada do pesquisador, no inquérito em cena, a dificuldade se dá porque os cenários são móveis. Em muitas situações, a equipe de pesquisa se organiza para atuar em uma determinada área e, um dia antes, o espaço é ocupado pela polícia, e o grupo de usuários é dispersado.

“Também não podemos usar uma série de instrumentos que, em outras circunstâncias, poderíamos utilizar, como câmeras e gravadores. Para que as atividades aconteçam, é preciso uma negociação permanente e ainda firmar parcerias com diversos grupos, como por exemplo, os líderes religiosos. Nas cidades onde existem unidades da Fiocruz, o nome da Instituição também é um facilitador, no sentido de abrir portas”, conta Francisco.

A Pesquisa Nacional Sobre o Uso de Crack foi demandada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/ Ministério da Justiça. Os resultados vão nortear a reformulação das ações e programas do governo destinadas ao combate ao crack. Nessa pesquisa verificou-se, por exemplo, que quase 80% dos usuários no país têm vontade de receber tratamento, o que torna esvaziada a questão da internação compulsória. Ou seja, é necessário trabalhar essa

vontade para que o usuário de fato busque o tratamento.

E é também para subsidiar o realinhamento de políticas públicas que já está em andamento o III Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas. Este, entretanto, segue os moldes clássicos, ou seja, uma pesquisa domiciliar, com amostragem nacional, em parceria com o IBGE. Para Francisco, será mais um trabalho desafiador, devido aos conflitos que envolvem o tema.

“O edital determina que deve ser dada ênfase na questão das fronteiras. Porque o Brasil não é produtor de cocaína, mas serve como via de trânsito e é também importador. Então, o desafio será grande, porque será preciso chegar a uma zona conflituosa, que são essas áreas de fronteira, e ainda lidar com um público variado. Sem dúvida, temos muito trabalho pela frente”, diz ■

No inquérito domiciliar, foram entrevistadas cerca de 25 mil pessoas da população em geral, não necessariamente usuários de drogas, visando possibilitar uma precisão estatística. Nas próprias cenas de uso da droga, foram feitas 7.381 entrevistas com usuários de crack no país



Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos

O Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos (ReBEC) é uma plataforma virtual de acesso livre para registro de estudos experimentais e não-experimentais realizados em seres humanos, em andamento ou finalizados, por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

www.ensaioclinicos.gov.br



Prefeituras, Estados e associações comunitárias se articulam para criação de canal público da TV Digital aberta voltado para a cidadania

Canal da Cidadania: uma nova proposta no ar

Daniela Muzi
VideoSaúde

Previsto pelo Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, que cria a TV Digital brasileira, o Canal da Cidadania compõe o conjunto de canais públicos que integram o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Desde 2012, quando o Ministério das Comunicações (MiniCom) foi autorizado a fazer a outorga do Canal da Cidadania, prefeituras e sociedade civil articulam-se para a concretização dessa emissora de tevê aberta com multiprogramação, a qual todo município tem direito, que representa um espaço de circulação de conteúdo da sociedade civil.



Crédito da foto: Peter Illiciev - CCS Flocruz



De acordo com o decreto que cria o SBTVD, os canais públicos serão destinados ao Executivo, para transmissão de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos do Poder Executivo; à Educação, reservado ao desenvolvimento e aprimoramento do ensino à distância de alunos e capacitação de professores; à Cultura, para transmissão de produções culturais e programas regionais; e à Cidadania, para transmissão de programações das comunidades locais, bem como para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes público municipal e estadual. O decreto guarda semelhanças com a antiga Lei do Cabo (Lei 8.977/95), que veio a ser superada pela Lei do Acesso Condicionado (Lei 12.485/11), que também prevê canais de programação de distribuição obrigatória como, por exemplo, as tevês universitárias, comunitárias e canais destinados aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

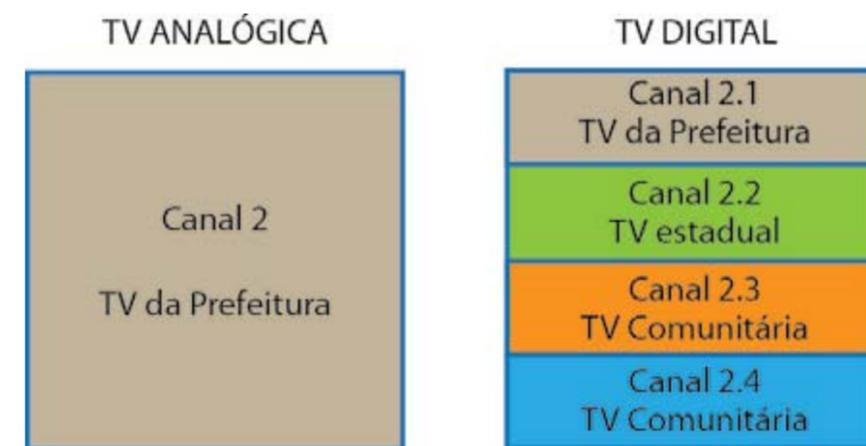
O Canal da Cidadania vai fazer uso da modalidade de veiculação de sinais chamada de multiprogramação, uma possibilidade da TV Digital que permite a transmissão simultânea de diferentes programações sem uma interferir na outra, e com a mesma qualidade de imagem. Na prática, serão quatro subcanais para cada município: o primeiro destinado para o poder público municipal, o segundo para o poder público estadual e os outros dois para associações comunitárias, que ficarão responsáveis por veicular programação local.

Adesão dos municípios

Apesar de a multiprogramação permitir a criação de quatro canais, apenas um tem o direito à outorga junto ao Ministério das Comunicações. A partir da publicação da Portaria 498, publicada no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 2012, que regulamenta o novo canal, as prefeituras tiveram 18 meses de exclusividade para solicitar a exploração do Canal da Cidadania – prazo que se encerrou em 18 de junho deste ano. Segundo planilha disponibilizada no site do MiniCom no último dia 22 de agosto, dos 5.570 municípios brasileiros, 319 entraram com o pedido de outorga junto ao MiniCom, contemplando 23 estados e o Distrito Federal. Ficaram de fora os estados do Acre, Amapá e Roraima.

No Estado do Rio de Janeiro, 11 municípios fizeram o pedido do Canal da Cidadania. Em ordem de solicitação, Três Rios, Itaperuna, Mangaratiba, Comendador Levy Gasparian, Areal, Itaboraí, Teresópolis, Pinheral, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Maricá, Petrópolis, Taquari, Paraty, Macuco, Niterói e Nova Friburgo.

Na prática, serão quatro subcanais para cada município: o primeiro destinado para o poder público municipal, o segundo para o poder público estadual e os outros dois para associações comunitárias, que ficarão responsáveis por veicular programação local



Canal da Cidadania contará com multiprogramação, quatro emissoras podem transmitir simultaneamente usando o mesmo espectro da TV digital | Ilustração: Acerp



Crédito da foto: Agência de notícias UEL

Orlando Guilhon, integrante da Executiva do Fórum Nacional pela Democratização



O Canal da Cidadania foi uma conquista importante da sociedade brasileira no processo de debate e implementação da TV Digital aberta no Brasil

Orlando Guilhon

“A primeira tarefa é pressionar os poderes públicos, e em particular as prefeituras, para encaminharem ao MiniCom a demanda formal do Canal da Cidadania para o seu município”, frisa Orlando Guilhon, representante da Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub) na Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). A partir de 19 de junho, tanto prefeitura como governos estaduais podem pedir o Canal e não há limite de prazo para entrarem com os pedidos.

A baixa adesão dos municípios explica-se pelo alto investimento necessário para a criação do canal. Em cartilha elaborada pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp) em junho de 2014, os custos iniciais com equipamentos giram em torno de em 600 mil reais para as emissoras que optarem pelo modelo de operador de rede para instalação do Canal da Cidadania, mais 300 mil reais anuais para operação. Fora os gastos com equipe e produção de conteúdo. Mais usado na Europa, o modelo de operador de rede permite que emissoras de rádio e tevê compartilhem a mesma estrutura de equipamento

para as suas transmissões, reduzindo custos e aumentando a qualidade de transmissão. A Acerp, organização social ligada ao Governo Federal, vem promovendo cursos e debates de esclarecimento sobre o Canal da Cidadania.

“Os custos são variáveis e dependem do levantamento das necessidades de cada canal”, explica o analista de novos negócios da Acerp, Arthur William. “A produção de conteúdo, uma das partes mais onerosas, pode variar de acordo com o tipo de formato audiovisual a ser produzido”. Para Guilhon, este é o último desafio da implementação do Canal da Cidadania. “Como conseguir fontes de fomento para poder fazer essa produção independente que queremos fazer, mas com qualidade para podermos ser competitivos com as tevês comerciais privadas? Há algumas estratégias pensadas pelo nosso movimento, mas este é um tema que precisa ainda ser mais debatido e aprofundado”, destaca o ativista. O MiniCom, que até o momento não prevê a abertura de editais para o fomento do Canal da Cidadania, encara a viabilidade técnica e financeira como o principal desafio do empreendimento, considerando a realidade de cada município.

Solicitação de outorga do Canal da Cidadania por regiões



Crédito da foto: Acerp

Encerramento do Curso do Canal da Cidadania voltado para prefeituras. Representantes da VídeoSaúde Distribuidora da Fiocruz participaram da capacitação realizada na sede da Acerp, no Rio de Janeiro, nos dias 8 e 9 de maio

Um canal para a democratização da comunicação

Quatro canais não comerciais, com 24 horas de programação cada, exibidos com qualidade da TV Digital, na TV Aberta. Um espaço democrático para exibição de programas sobre a realidade local, com produções próprias, comunitárias, alternativas, independentes, populares, públicas, sindicais. Essa é a proposta do Canal da Cidadania. Dentre os principais objetivos a serem atendidos pelo Canal, segundo o Ministério das Comunicações, estão a busca pelo exercício da cidadania e da democracia, a expressão da diversidade social e o diálogo entre as diversas identidades culturais do Brasil. Além disso, é um instrumento para

universalizar o direito à informação, comunicação, educação e cultura. Por meio do Canal da Cidadania, pretende-se também fomentar a produção audiovisual independente, de caráter local e regional, e atuar na prestação de serviços de utilidade pública.

“O Canal da Cidadania foi uma conquista importante da sociedade brasileira no processo de debate e implementação da TV Digital aberta no Brasil. É a possibilidade concreta de os setores organizados da sociedade civil em cada município do nosso país terem acesso à gestão, produção e veiculação de produtos audiovisuais alternativos, populares, públicos, livres, comunitários e independentes na TV Aberta e contribuir com outro tipo de comunicação, outro tipo de tevê em nosso país. Dando vez a quem não

tem voz, a quem não tem imagem nas telas das grandes redes comerciais de tevê, a temas e protagonistas que são inviabilizados na grande mídia”, comemora Guilhon.

O FNDC, e seu comitê no Rio de Janeiro, a Frente Ampla pela Liberdade de Expressão (Fale Rio), vem promovendo o debate público sobre o Canal da Cidadania através da organização de seminários e da formação de grupos de trabalhos para o debate e elaboração de propostas. Uma das iniciativas mais recentes foi a organização do Seminário Estadual pela Ocupação Popular do Canal da Cidadania, realizado em 7 de junho, no auditório do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro. O intuito do evento foi discutir a proposta do Canal da Cidadania e o processo de implementação



Crédito da foto: Daniela Muzzi - VideoSaúde/Fiocruz

O vice-diretor de Informação e Comunicação do Icict/Fiocruz, Rodrigo Murinho, esteve presente no seminário promovido pela Fale Rio representando a Fiocruz.

contou com a participação de representantes de diversos municípios, ativistas, programadores de tevês, produtores de conteúdo e membros da sociedade civil.

Em 18 de fevereiro, a Frente Parlamentar pela Democratização da Cultura e da Comunicação da Câmara Municipal dos Vereadores do Rio de Janeiro, da qual a Fale Rio também faz parte, encaminhou um ofício à Mesa Diretora da Câmara com a indicação da criação do Conselho Municipal de Comunicação Social – a criação do conselho é uma condição para o funcionamento do Canal da Cidadania. Os debates do FNDC permitiram a formatação de uma proposta para futuros Conselhos Municipais de Comunicação, deliberativos, com foco no fortalecimento da cidadania, da representação dos setores populares e democráticos da nossa sociedade. “Nossa proposta é apenas uma sugestão para o debate, caberá ao conjunto das entidades organizadas

da sociedade civil em cada município melhorar esta proposta ou adaptá-la à sua realidade”, defende Guilhon.

Os pedidos de outorga enviados pelas prefeituras estão em processo de análise. A partir da autorização do MiniCom, os entes ou entidades autorizadas terão 12 meses, prorrogáveis por mais 12, para iniciar a transmissão do canal, o que indica que a partir de 2016 a cidade do Rio de Janeiro já terá no ar o Canal da Cidadania. Ao mesmo tempo, o Ministério das Comunicações estabelecerá um cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T, com início em 1º de janeiro de 2015 e encerramento até 31 de dezembro de 2018. O andamento da formação do Canal da Cidadania no país e as relações com a Fiocruz serão desdobrados na próxima da edição da Inova Icict ■

PARA SABER MAIS

Legislação do Canal da Cidadania
<http://www.mc.gov.br/canal-da-cidadania-legislacao>

Canal da Cidadania
<http://canaldacidadania.org.br/>

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)
<http://www.fndc.org.br>

A Frente Ampla pela Liberdade de Expressão (Fale Rio)
<http://falerio.blogspot.com.br>

*Com a colaboração de Arthur William, analista de novos negócios da Acerp.

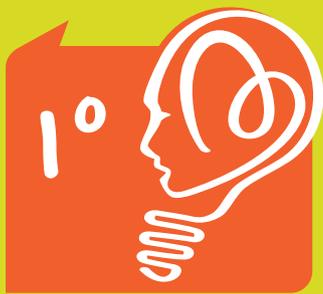


Comunicação e informação audiovisual fortalecendo o SUS

Estamos também nas redes sociais:
www.facebook.com/videosaudefiocruz
www.youtube.com/videosaudefio
www.twitter.com/videosaude ou @videosaude



www.icict.fiocruz.br



Prêmio Jovem Pesquisador da Rede de Bancos de Leite Humano

Se você tem até 10 anos de graduação, participe do Prêmio Jovem Pesquisador da Rede de Bancos de Leite Humano. Regulamento completo em:



Ministério da Saúde

Governo Federal

www.premiorblh.icict.fiocruz.br